



1290000730



TCC/UNICAMP Si38p

**Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Economia**



**“A POLÍTICA COMERCIAL E O AJUSTE NO CHILE NOS  
ANOS 70 E 80”**

**Relatório Final de Monografia**

**Aluno: Altamiro Silva Júnior**

**Orientador: Fernando Sarti**

**Banca: Mariano F. Laplane**

**Campinas, dezembro de 1995**

(...)

Ah, por que tocar em cordilheiras e oceanos!  
Sou tão pequeno (sou apenas um homem)  
e verdadeiramente só conheço minha terra natal  
dois ou três bois, o caminho da roça,  
alguns versos que li há tempos, alguns rostos que contemplei.  
Nada conto do ar e da água, do mineral e da folha  
ignoro profundamente a natureza humana  
e acho que não devia falar nessas coisas.

(Trecho de *América* de Carlos Drummond de Andrade)

Agradecimentos: A realização deste trabalho não teria sido possível sem a sugestões definitivas de Fernando Sarti, as valiosas e indispensáveis indicações bibliográficas de Marcos Cintra e o apoio institucional da FAPESP, o qual constituiu-se em um incentivo adicional para que esta pesquisa fosse realizada.

# Índice

	Página
<b>Agradecimentos</b> -----	3
<b>Introdução</b> -----	5
<b>Capítulo 1 - “O Debate sobre o Consenso de Washington e os Determinantes do Êxito Chileno”</b> -----	6
<b>Capítulo 2 - “A Abertura Comercial e o Processo de Ajuste”</b> -----	17
<b>2.1 - As Reformas Promovidas a partir de 1973</b> -----	17
2.1.1 - Setembro de 1973 a Março de 1975 -----	18
2.1.2 - Abril de 1975 a Junho de 1976 -----	19
2.1.3 - Junho de 1976 a Junho de 1979 -----	20
2.1.4 - Junho de 1979 a 1982 -----	21
<b>2.2 - O processo de Abertura Comercial</b> -----	24
2.2.1 - O Impacto da Abertura Comercial na Indústria -----	29

<b>2.3 - Os Anos 80</b> -----	33
2.3.1 - O Ajuste da Primeira Metade da Década -----	33
2.3.2 - A Política Comercial -----	39
2.3.3 - O Ajuste da Segunda Metade da Década de Oitenta -----	41
2.3.4 - As Exportações -----	51
<b>Capítulo 3 - “Uma Comparação entre a Realidade e o Modelo” -----</b>	<b>54</b>
<b>Anexo Estatístico</b> -----	<b>62</b>
<b>Bibliografia</b> -----	<b>67</b>

## Introdução

O Chile vem desde o início dos anos 90 ostentando uma boa *performance* no que diz respeito a seus indicadores econômicos, assumindo posição de destaque no contexto dos países latino americanos. É a partir da apreciação destes indicadores e da percepção de seu êxito que surgem as primeiras divergências no que diz respeito aos determinantes deste sucesso.

Inicialmente, existem aqueles autores que atribuem o sucesso chileno à aplicação “firme e determinada” das políticas liberais. Por outro lado, de maneira diametralmente oposta, estão aqueles autores que apregoam a constante presença na economia de um Estado forte e autoritário a responsabilidade por este êxito. Por fim, existe um último grupo de autores que prefere qualificar o bom desempenho dos indicadores econômicos chilenos à um *mix* dessas duas estratégias, qual seja, a aplicação do receituário monetarista aliada a presença de um Estado forte na economia.

Deste modo, o presente trabalho procura avaliar as características do processo de ajuste e os impactos das políticas implementadas, sobretudo no que diz respeito a política comercial. Assim, o capítulo 1 procura fazer uma explanação sobre o debate em torno dos determinantes do êxito chileno . O capítulo 2 discute o processo de ajuste ocorrido no país e o capítulo 3, a partir do confronto entre as opiniões dos diversos autores com as políticas usadas durante o processo de ajuste, tenciona chegar a uma resposta mais conclusiva sobre os determinantes do êxito chileno.

## **Capítulo 1:**

**“O Debate sobre o Consenso de Washington e os  
Determinantes do Êxito Chileno”**

# Capítulo 1

## O Debate sobre o Consenso de Washington e os Determinantes do Êxito Chileno

Em 1990, durante um seminário promovido pelo Institute for International Economic em Washington, o economista inglês radicado nos EUA, John Williamson forjou a expressão “Washington Consensus”. A partir de então ela passou a estar no âmbito das discussões de política econômica, entendida como uma estratégia de ajuste econômico para a periferia capitalista, ditada pelo FMI, Banco Mundial, principais bancos credores internacionais, FED, países do Grupo dos 7 e o tesouro americano.

A receita de Washington passou a ser o ideário da economia contemporânea, fugir dela seria se distanciar do próprio comércio internacional ou numa perspectiva mais trágica, da exclusão definitiva do país do quadro do capitalismo mundial, implicando enormes dificuldades para a renegociação de suas dívidas externas e saneamento de seus déficits fiscais e comerciais. Somente os países que se mostrassem fortemente empenhados em cumprir a *seqüência lógica* de estágios propostos pelo “consenso”, poderiam esperar o apoio dos organismos multilaterais de crédito.

O “consenso” prevê uma estratégia de ajuste econômico composta de três passos a serem dados nesta ordem: primeiro, estabilização econômica, com o objetivo de se alcançar um superávit fiscal primário, seguindo o tradicional modelo do FMI de contenção à demanda; segundo, realização de reformas estruturais, entendidas como um programa de liberalização econômica, incluindo

privatizações, desregulamentação de mercados além de liberalização financeira, cambial e fiscal e; terceiro, retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento e garantir uma maior inserção do país no quadro do comércio mundial.

Segundo Williamson (1992: p. 46), o Consenso de Washington, pode ser resumido, como sendo uma estratégia de ajuste que visa à prudência macroeconômica, liberalização microeconômica e orientação externa, o que “difere bastante da facilidade de obtenção de déficits orçamentários e empréstimos externos, da confiança nos empreendimentos estatais, da substituição de importações e da teoria da dependência, que ainda prosperavam na América Latina na década de 80”.

Assim, “nesta concepção neoliberal do desenvolvimento periférico” os países latino-americanos devem abandonar a industrialização baseada na substituição de importações, em favor de um modelo baseado no livre mercado, onde haja um setor exportador competitivo e onde “o setor externo (comércio, empréstimos, investimentos) financie a reestruturação competitiva”, cabendo ao Estado um papel mínimo, qual seja, o de “assegurar infra-estrutura econômica e social, mantendo estáveis as regras monetárias, financeiras, fiscais e salariais” (Cintra, 1994: pp. 9-10). Dentro desta abordagem, “as economias latino-americanas deveriam simplesmente deixar de ser orientadas/coordenadas pelo Estado e passar a ser orientadas/coordenadas pelo mercado.” (Bresser Pereira, 1991: p. 16).

Deste modo, segundo o diagnóstico de Washington, a explicação da instabilidade e da crise que a América Latina enfrentou na década de 80, encontrou suas raízes no grande papel desempenhado pelo Estado no modelo de substituição de importações, no qual, o setor público era o “motor do desenvolvimento”. Este fato acabou se traduzindo em protecionismo e excesso de

regulação na economia, além da proliferação de empresas estatais, quase sempre ineficientes. Fatores estes que contribuíram para gerar graves deficiências na distribuição de recursos *pari passu* a um agigantamento do tamanho do papel do Estado e no fechamento da economia<sup>1</sup>.

Na década de 70, alguns países do Cone Sul (Argentina, Chile, Uruguai) promoveram uma série de reformas que constituíram a primeira e maior tentativa de se romper com o modelo nacional-desenvolvimentista, o qual tentava criar uma indústria nacional, fundando o desenvolvimento no mercado interno. Essas reformas foram executadas por governos autoritários, que se viam frente a altas taxas de inflação e delicados desequilíbrios na balança de pagamentos. Como não havia oposição consentida, o modelo liberal foi implantado, numa longa seqüência de fracassos e reformulações que culminaram no Consenso de Washington.

Na transição para uma economia capitalista de mercado, dentre os vários países da América Latina, o Chile foi o que mais profundamente promoveu tais reformas. No início a mudança custou caro ao país, segundo Foxley (1988: p. 49), “os resultados do experimento monetarista no Chile são negativos em quase todos os aspectos: queda da produção, do emprego, do investimento, acompanhados por forte déficit na balança de pagamentos e sobreendividamento externo até 82.” Além de uma deterioração na distribuição de renda e no nível de vida da população. “Esse fraco desempenho econômico deu-se à custa da acumulação de fortes desequilíbrios na balança de transações correntes, acarretando tremendo endividamento externo” (Gontijo, 1995: p. 55).

---

<sup>1</sup> Neste ponto Fanelli (et. al, 1991), autor que será apresentado mais tarde, concorda parcialmente com o diagnóstico do “consenso”, sobretudo com referência ao agigantamento do papel do Estado, fechamento da economia e na distribuição ineficiente de recursos. Fatos que são consequência da implementação do modelo de substituição de importações.

Atualmente, no entanto, a consolidação é significativa. Há onze anos que a economia chilena cresce continuamente. O país conseguiu estabilizar sua economia, a inflação está estabilizada (próxima dos 10% ao ano) e o país apresenta um volume de reservas de US\$ 13,580 bilhões, representando 28% do PIB (dados de fevereiro de 1995). A taxa de crescimento do PIB chegou a 9,4% em 1992, sendo uma das maiores taxas de crescimento verificada, neste ano, na América Latina<sup>2</sup>.

Os indicadores sociais também melhoraram. O índice de desemprego que chegou a mais de 19% em 1976, obrigando o governo a criar o “Plano de Emprego Mínimo” (PEM), que no período 1976-81 chegou a absorver entre 4% e 6% da força de trabalho (Gontijo: 1995: p. 48), caiu para 13% em 1981, para 6% em 1989 e em 1992 chegou a 4,5%, o índice mais baixo em vinte anos<sup>3</sup>. Além disso, o país apresenta uma reduzida e simplificada estrutura de proteção, com tarifa média de importação de 10%.

Neste contexto, o Chile passou a ter o maior grau de confiabilidade para investimentos estrangeiros na América Latina, segundo classificação da Standard & Poor's. O nível de classificação dado ao Chile corresponde ao risco de se investir em Israel ou na Grécia. Por exemplo, o prazo para repatriação dos lucros caiu de três para um ano.

As reformas promovidas nas últimas duas décadas (1973-1992) modificaram sobremaneira as estruturas e as bases da economia chilena. O país, que até meados dos anos setenta possuía baixo grau de abertura externa, mercado interno reduzido, um enorme aparelho estatal com dezenas de empresas públicas, um setor agrícola atrasado, além de indústrias orientadas para o mercado interno, chegou aos anos noventa ostentando um enorme grau de

---

<sup>2</sup>. PIB a preços constantes de mercado. A única taxa maior que a chilena neste período, foi a do México (15,8%). Fonte: *Anuario Estadístico de América Latina Y el Caribe*, 1993

<sup>3</sup> Fonte: *Anuario Estadístico de América Latina Y el Caribe*, 1993

abertura de sua economia, mercado interno mais extenso, estrutura primário-exportadora mais diversificada e menos dependente do cobre (embora a participação do cobre na pauta de exportações ainda seja bastante expressiva), um aparelho estatal mais compacto, além de um setor agrícola mais avançado<sup>4</sup>.

*A priori*, não se pode negar que a economia chilena apresenta indicadores econômicos bastantes confortáveis, a ponto do Relatório do BID (1992: p. 63) dizer que o país “encontra-se numa situação econômica muito favorável.” Ademais, é justamente a partir desta constatação, que surgem as primeiras divergências quanto às relações existentes entre o modelo de ajustamento chileno e o Consenso de Washington. Na medida em que o país é citado, pelos adeptos das idéias de Washington, como sendo um exemplo paradigmático de política neoliberal bem sucedida. Já aqueles que não concordam com o receituário do “consenso”, preferem atribuir o êxito chileno, às políticas de ajuste promovidas pelo Estado. Por fim, existem aqueles que vêem no Chile, um exemplo de ajuste eficaz, contendo tanto elementos de cunho liberal, como também uma presença ativa do Estado na condução da economia.

Segundo Williamson (1992: pp. 46-48), o economista mais comprometido com as idéias do “consenso”, “o Chile mostra claramente seu êxito sob qualquer critério que for examinado”<sup>5</sup>, o que só foi conseguido graças “a prudência macroeconômica, confiança nos mercados e uma orientação externa em vez do modelo latino que prevaleceu na década passada”. Em outras palavras, o país só conseguiu seu êxito a partir da aplicação do receituário da “nova e sábia convenção”.

---

<sup>4</sup> O próximo capítulo mostrará com mais detalhes essas reformas, concentrando a análise nos anos 80; procurar-se-á evidenciar as transformações pelas quais passaram a economia chilena no tocante ao comércio exterior.

<sup>5</sup> O autor faz uma ressalva quanto a inflação do país que, segundo o próprio, “jamais chegou a ter somente um dígito”.

Williamson vai mais além ao afirmar que mesmo a aplicação determinada e disciplinada das medidas propostas por Washington não conseguem promover resultados imediatos. O “consenso”, diz ele, “é um remédio que surtirá efeito no longo prazo”, as reformas políticas intencionando ajustes de curto prazo, não fazem mais que dificultar a perspectiva de se obter qualquer sucesso no futuro. Desta forma, ele procura evidenciar a questão do *timing* existente entre a promoção das reformas e a obtenção dos resultados, justificando assim, as duas décadas necessárias para a promoção do ajuste chileno.

O Relatório do BID (1992: pp. 10) é ainda mais enfático ao dizer, logo na sua introdução que a “recuperação econômica firmou-se na região (a América Latina) e chegou ao fim a estagnação econômica que caracterizava a maioria dos países durante a década anterior”<sup>6</sup>. O *locus* de ocorrência deste sucesso foi sobretudo na Argentina, Chile, Colômbia, México, Venezuela, países que, além de estabilizarem suas economias, fizeram “os maiores avanços no processo de reforma estrutural, em termos de privatização de empresas públicas, promoção de regime de investimentos favoráveis, abertura do comércio externo e participação em iniciativas de liberalização do comércio”<sup>7</sup>. Cabe ressaltar que estes países enfrentaram no final de 1994 e início de 1995 uma grave crise econômica, sobretudo Argentina e México, os quais se viram frente a fuga acelerada de capitais e problemas cambiais, fatores que convergiram para a existência de uma crise de liquidez. O Chile, entretanto, conseguiu manter intocada a sua economia, a despeito da crise destes outros países.

---

<sup>6</sup> Malan (1991: p. 8) afirma o mesmo ao dizer que “os ventos da mudança estão se fazendo sentir em todo mundo, incluindo a América Latina. Não apenas ventos e palavras, mais também ações importantes estão sendo empreendidas por governos, levando freqüentemente a resultados concretos. É importante que se apontem os desenvolvimentos positivos sempre que ocorrerem, e tais eventos positivos estão seguramente ocorrendo, mesmo na América Latina.”

<sup>7</sup> Segundo o Relatório (p. 1), “expectativas favoráveis geradas pelo processo de reforma estimularam o investimento privado, provocaram um surto de atividades nos mercados de capitais e atraíram substanciais correntes financeiras externas.”

Especificamente no tocante ao Chile, o Relatório (p. 63) enfatiza que “a manutenção dos modelos e dos equilíbrios macroeconômicos básicos, bem como o consenso gerado nos diversos setores sociais quanto à necessidade de manter esses princípios, permitem olhar o futuro com otimismo.”

Bresser Pereira e Malan estão situados aqui, como uma visão alternativa a de Williamson e a do Relatório do BID, a qual não aceita *strictu sensu* o diagnóstico de Washington, mas que, por outro lado, não o descarta totalmente, uma vez que, reconhecem como válidos alguns de seus elementos. Segundo Bresser Pereira (1991: p. 12), na estratégia de ajuste das economias latino-americanas adotadas na década de 80, buscou-se, frente aos grandes desequilíbrios causados pela crise da dívida, o ajuste fiscal e do balanço de pagamentos e procurou-se também, promover, a partir da segunda metade da década, as reformas estruturais ditadas pelo “consenso”. Na análise do autor, “os resultados em termos de equilíbrio do balanço de pagamentos (excluindo o problema da dívida) foram bons, em termos de estabilização dos preços, medíocres, em termos de retomada do crescimento, com a exceção do *Chile* (o grifo é nosso), praticamente nulos”.

Por outro lado, o autor reconhece ser necessário “privatizar as empresas estatais e liberalizar o comércio (...) o que não significa que o Estado deve deixar de ter um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina”. Na medida em que as evidências não comprovam que a simples estabilização da economia aliada a liberalização, privatizações e a abertura comercial, sejam suficientes para que um país retome o desenvolvimento.

Segundo Bresser, o processo de ajuste no Chile ocorreu na década de 70, não enfrentando, o país, uma crise fiscal pois não chegou a acontecer uma estatização da dívida externa, ficando esta nas mãos do setor privado. Por outro

lado, na medida em que o governo controla as minas de cobre responsáveis por cerca de 40% das divisas de exportação, ele pode desvalorizar a moeda sem prejudicar a situação fiscal.

Na opinião de Malan (1991: pp. 8-10), existem resultados concretos advindos das reformas promovidas pelos governos latino-americanos. Não obstante, o “triste desempenho” mostrado por vários países da região “suscita dúvidas fundamentais sobre se a agenda de Washington seria suficiente para restaurar o crescimento e o desenvolvimento, uma vez atingida a estabilidade e eliminadas as piores formas de distorções de preços”. O autor está convencido de que não é possível generalizar a experiência bem sucedida de *um determinado país*<sup>8</sup> a todos os outros países da América Latina e, diante do seu ceticismo em relação a Washington, conclui que “não há um caminho único, nem fórmula simples ou modelo a ser seguido.”

Fanelli (et al., 1992: pp. 22-23) tem opinião bastante próxima a de Malan, na medida em que existe a concordância da impossibilidade de se aplicar um receituário padrão e genérico a países que apresentem características distintas. Fanelli conclui ser o “consenso” “de pouca utilidade para encontrar uma seqüência ótima que permita eliminar as distorções do mercado”. Ponto de vista que também é compartilhado por Fajnzylber (1992: p. 14) uma vez que ele procura evidenciar que “as notórias e reconhecidas especificidades nacionais dos países da América Latina, inibem a formulação de propostas simples e homogêneas para o conjunto da região.

O Chile é visto por Fanelli, como sendo “a experiência de ajuste mais bem sucedida na América Latina”. Mas este êxito é atribuído ao trato especial que o país recebeu no tocante ao financiamento externo, “a quantidade de crédito externo foi significativa e esteve disponível desde o início do processo de ajuste”.

---

<sup>8</sup> Ele não cita nominalmente o Chile.

Outros países da América Latina não contaram com este "trato especial", na medida em que, somente após um longo período de tempo, receberam uma quantidade de recursos externos insuficientes para possibilitar uma recuperação do crescimento.

Ademais, existe uma visão, encabeçada aqui por Tavares (1993) e Fiori (1993), diametralmente oposta ao diagnóstico de Washington, personificado na análise de Williamson e do BID. Tavares e Fiori não concordam com o receituário do "consenso" e afirmam que somente a forte presença do Estado na economia foi a responsável pelo sucesso do ajuste chileno. Tavares (1993: pp. 80-85) afirma que o exemplo do Chile é bem elucidativo para evidenciar uma discrepância entre a realidade e o modelo, no caso, o modelo neoliberal. Nas suas próprias palavras:

"A experiência chilena é considerada como um exemplo paradigmático de ajuste exitoso das políticas neoliberais a ser seguido pelos demais países da América Latina (...) em geral não se mencionam as condições internas e internacionais especiais sob as quais se realizou o primeiro choque liberalizante de 1974-78, nem os fracassos e as mudanças forçadas das políticas macroeconômicas e de ajuste no período seguinte (...) assim o êxito chileno verificado apenas na segunda metade dos anos 80, é atribuído às políticas de desregulação e abertura comercial e financeira adotadas na segunda metade dos anos 70, que terminaram em verdadeiro desastre econômico."

A autora conclui que somente a participação efetiva do Estado durante todo o processo de ajuste, permitiu o "êxito notável" alcançado pela economia chilena na segunda metade da década de 80 e no início dos anos 90, participação esta que foi "muito superior às demais experiências de ajuste latino-americanos". O Chile e o México, segundo Tavares, são dois modelos de "Estado-forte" nos quais, o processo de ajuste que ocorreu na década de 80 "se fez com a supremacia incontestável da burocracia em seu núcleo central de decisões."

Nesta mesma linha de argumentação, Fiori (1993: p. 138) ressalta que os vários países da região em suas reformas estruturais acumularam êxitos e fracassos, seguindo trajetórias economicamente distintas e “muito raramente coincidentes com os sucessivos paradigmas construídos através da década” e conclui que as experiências mais bem sucedidas, ainda que do ponto de vista econômico não guardem semelhanças entre si, contaram com a presença ativa de um Estado forte, “tanto para hierarquizar objetivos e gastos, quanto para impor restrições e distribuir penalidades” (p. 162).

Pelo exposto, conclui-se que não existe um caminho único para se analisar o processo de ajuste chileno e seu respectivo êxito. Não existe concordância entre os diversos autores, quanto a seus determinantes e quanto a eficácia ou não do receituário do Consenso de Washington. Grosso modo, existem três visões distintas para a explicação do sucesso chileno, qual seja, a que confere ao receituário liberal seu maior responsável, expresso aqui nos argumentos de Williamson e do BID. Uma visão oposta a esta a qual confere ao papel ativo do Estado na condução da economia, a responsabilidade pela eficácia do seu ajuste, ponto de vista que é defendido por Fiori e Tavares. Por fim, existe uma visão que é um *mix* dos argumentos anteriores e foi defendida aqui por Malan, Bresser Pereira e Fanelli, a qual, por sua vez, atribui o êxito chileno, a uma combinação eficiente de algumas medidas ditadas por Washington com a condução ativa da política econômica pelo Estado. Ademais, estes autores, bem como Tavares e Fiori, questionam a eficácia de um receituário padrão e genérico, como é o do Consenso de Washington, ser destinado a países com características tão distintas como os países latino-americanos.

O próximo capítulo tratará de fazer uma análise mais detalhada do processo de ajuste chileno. Procurar-se-á fazer uma reconstituição do ajuste desde a década de 70 até o início dos anos 90, fixando análise nos anos 80. Através deste estudo procurar-se-á dar uma resposta mais conclusiva sobre os

determinantes do seu êxito e, deste modo, tentar-se-á enquadrar o modelo chileno em uma das visões apresentadas neste capítulo.

## **Capítulo 2:**

### **“A Abertura Comercial e o Processo de Ajuste”**

## Capítulo 2

### A Abertura Comercial e o Processo de Ajuste

#### 2.1- As Reformas Promovidas a partir de 1973

No ano de 1973, a economia chilena encontrava-se frente a vários desequilíbrios macroeconômicos, como inflação alta, problemas no balanço de pagamentos e queda no nível de atividade. Frente a este cenário de desaquecimento da economia, o governo militar anunciou um vasto programa econômico, de cunho monetarista<sup>9</sup> (Foxley, 1988), objetivando mudanças estruturais e institucionais a longo prazo.

O principal objetivo da equipe econômica era alcançar um rápido equilíbrio no balanço de pagamentos, bem como uma redução da inflação. Segundo o enfoque monetarista, a solução destes problemas passava pela redução do déficit fiscal e pelo controle da excessiva quantidade de meios de pagamentos existentes na economia. Adicionalmente, acreditava-se que a inflação originava-se também a partir de um suposto mal funcionamento da economia, o qual, por sua vez, era explicado pelo "crescimento excessivo do Estado e das empresas públicas, uma ineficiente distribuição do investimento pela falta de um mercado de capitais privado e também pela alta proteção dada às atividades produtivas internas" (Foxley, 1980: p. 12). Desta forma, as mudanças estruturais previstas para uma aplicação de longo prazo, incluíam a redução do tamanho do Estado, a

---

<sup>9</sup> O Plano foi desenvolvido com base nas idéias de Friedman e de seus discípulos da Escola de Chicago ("Chicago Boys").

criação de um mercado privado de capitais e a abertura da economia ao exterior. A nova política econômica propunha assim, modificar profundamente o padrão de desenvolvimento até então existente, qual seja, o modelo de Substituição de Importações, na medida em que este modelo contemplava, segundo os monetaristas, uma forte intervenção de Estado na economia e um protecionismo excessivo.

Dentre as várias medidas anunciadas, destaca-se a eliminação do sistema de taxa de câmbio múltiplas; política fiscal e monetária restritivas; extinção dos controles quantitativos de crédito; ampla reforma financeira, a qual englobaria a privatização de bancos estatais; liberalização das taxas de juros; maior facilidade para a entrada de bancos estrangeiros no país; ampla reforma tarifária que propunha a redução das tarifas e a extinção de barreiras não tarifárias; promoção de exportações, dissolução de sindicatos; proibição de negociações coletivas e permissão de livre negociação no mercado de trabalho.

A trajetória da economia chilena na década de 70, após a implantação deste plano econômico, pode ser resumida em quatro fases:

#### 2.1.1- Setembro de 1973 a Março de 1975

O objetivo prioritário desta fase, frente às altas taxas de inflação, era equacionar o problema de preços. A solução encontrada foi liberar todos os preços<sup>10</sup>. Segue-se a isto, uma desvalorização da taxa de câmbio de 230% e um corte nos gastos públicos, além de um aumento de tributos, objetivando a redução do déficit público.

---

<sup>10</sup> Exceto os de 30 produtos, os quais seriam gradualmente liberados.

Nesta fase, o governo procura sinalizar seus objetivos de mudanças estruturais a longo prazo, numa tentativa de estabelecer o funcionamento dos mecanismos de mercado como reguladores da economia. Neste sentido, promove uma leve redução de tarifas alfandegárias<sup>11</sup>, inicia o processo de privatização de empresas públicas e estimula o desenvolvimento de um mercado de capital privado.

Após a adoção da liberalização de preços, a inflação aumenta e depois se estabiliza, ainda que em um patamar alto, como pode ser visto na tabela 2.1. A produção industrial cresce em 1973 e se estabiliza em um nível mais baixo em 1974. A recessão chega junto com o ano de 1975, como pode ser visto na tabela 2.1. O PIB cai brutalmente, repercutindo a queda na produção industrial, com conseqüente aumento do desemprego (que chega a crescer cerca de 75% em relação ao ano de 1974) e deterioração do balanço de pagamentos (Devido ao maior crescimento das importações quando comparadas com o desempenho das exportações<sup>12</sup>). A recessão só não foi mais profunda, porque o governo, violando os objetivos iniciais de sua política, começa a promover uma política fiscal expansionista.

#### 2.1.2- Abril de 1975 a Junho de 1976

O objetivo do governo, nesta fase, foi aprofundar as reformas estruturais que até então vinha timidamente promovendo. Procura-se privatizar um número maior de empresas e inicia-se a privatização de bancos. Quanto à reforma comercial o objetivo foi aprofundar e acelerar o processo. Num contexto recessivo, a política fiscal volta a ser contracionista de modo a contrair a

---

<sup>11</sup> No próximo tópico, haverá um estudo mais detalhado sobre o aspecto comercial do plano.

<sup>12</sup> Sobretudo as de bens de consumo não alimentício, que segundo Foxley (1988) cresceram 74% no período

demanda. Frente a uma taxa de desemprego de 19% o governo cria, em 1976, o Plano de Emprego Mínimo (PEM), numa tentativa de minimizar os impactos causados pela recessão.

A despeito das tentativas dos economistas, a recessão continua mais profunda e mais prolongada do que anteriormente se previa. A produção industrial chega a ser 35% menor em relação ao ano de 1974. Por outro lado, como mostra a tabela 2.1, a inflação se reduz e há um aumento das exportações não tradicionais que, aliado a um maior preço do cobre no mercado internacional, traz um superávit comercial.

### 2.1.3- Junho de 1976 a Junho de 1979

O objetivo principal desta fase foi combater a inflação, a qual, embora estivesse em queda, continuava, no ano de 1976, na casa dos três dígitos. Neste sentido, o câmbio foi valorizado e entrou em vigor um calendário mostrando as futuras paridades cambiais, numa tentativa de "dirigir as expectativas inflacionarias". Neste período, ocorre uma queda substancial nas tarifas alfandegárias e em 1979 a tarifa média uniforme passa a ser de 10%<sup>13</sup>. O Chile retira-se do Pacto Andino, fato que vem evidenciar o empenho do país no processo de abertura comercial, uma vez que o acordo contemplava certa preferência para produtos andinos, em relação ao resto do mundo, além de um tratamento comum a todos os países membros, em relação ao investimento externo.

No ano de 1977 a inflação passa para a casa dos dois dígitos (84.2%) e continua em queda, como mostra a tabela 2.1, até o ano de 1981. A recessão que

---

<sup>13</sup> Exceto para os automóveis.

estava presente, desde o ano de 1975, passa a ser controlada. Os sinais claros deste controle é o aumento da produção industrial (de 62,5 milhões de pesos para 68,3) , refletido no aumento do PIB ( de 9,9%) e na queda do desemprego urbano (de 16 para 13%).

O balanço de Pagamentos mostra uma evolução curiosa, como pode ser visto na tabela 2.1, sobretudo em 1976, onde a despeito da valorização da taxa de câmbio, há um superávit. No ano de 1977, ocorre um aumento das importações e uma queda do preço do cobre no mercado internacional, além da taxa de câmbio estar sobrevalorizada. Estes fatores fazem com que ocorra um déficit na balança comercial e assim, a taxa de câmbio é desvalorizada (duas vezes em 1977 e uma em 1978, ver tabela 2.3.), fato que não contribuiu para a reversão deste déficit.

#### 2.1.4- Junho de 1979 a 1982

Nesta fase, todas as tarifas (exceto automóveis) estão fixadas em 10%. A economia mostra sinais de estar saindo definitivamente da recessão. O déficit público está em queda. Pela tabela 2.1, pode-se ver que em 1979, passa a haver um superávit fiscal. Neste mesmo ano a taxa de câmbio é desvalorizada e posteriormente mantida fixa. A intenção é fazer com que a taxa de variação dos preços externos, regule de forma automática a inflação interna, até que elas se igualem. Na prática isto não ocorre, uma vez que passa a haver discrepâncias entre a taxa interna e a externa, deteriorando, deste modo, a taxa de câmbio real. O setor exportador perde competitividade. A balança comercial deteriora-se ainda mais, o déficit triplica-se. O setor financeiro cai em insolvência, as empresas estão sobreendividadas e a recessão se aprofunda.

Além disso, o contexto internacional é desfavorável e, a partir da moratória do México, interrompem-se os fluxos de capital para a América Latina. Este fato aliado à recessão que novamente voltava a cena e a um forte endividamento das empresas, traz uma grave crise financeira, a qual inicialmente provoca uma enorme queda no ingresso de capital. Conforme mostra a tabela 2.1, ele cai de US\$ 872.4 em 1980 para US\$ 48.7 em 1981 e no ano de 1982 chega a ser negativo. Em 1982 o peso é desvalorizado em 18% e passa a estar atado a uma cesta de moedas. As reservas continuam em queda, sobretudo a partir de expectativas de futuras desvalorizações cambiais. Frente a isto o governo promove a liberalização do câmbio, mas uma semana depois de anunciar tal medida, é obrigado a intervir no mercado desvalorizando a taxa de câmbio em 36.2%.

*Tabela 2.1*  
*Indicadores Macroeconômicos no Chile (1970-1982)*

	Taxa de Inflação (1)	Taxa Desemp. (2)	PIB (3)	PIB Industrial (4)	Crecimen. PIB (5)	Export. n Tradic. (6)	Déficit Fiscal (7)	Balança Comerc. (8)	Reservas Brutas (9)	Variação Reservas (10)	Ingresso de Capit. (11)
1970	36.1	-	283.1	69.9	-	232.4	2.7	99.0	891.0	100	201.8
1974	369.2	8.3	290.5	72.9	-2.6	274.6	10.5	-	408.8	-	-66.7
1975	343.3	15.0	253.5	54.4	-12.7	403.3	2.6	-211.3	331.0	-184.3	-373.9
1976	197.9	16.3	261.9	77.6	3.3	509.7	2.3	432.9	667.5	272.0	446.1
1977	84.2	13.9	287.7	62.5	9.9	589.2	1.8	-267.4	685.1	124.6	113.0
1978	37.2	13.3	311.4	68.3	8.2	652.0	0.8	-679.8	1245.5	683.1	631.2
1979	38.9	13.4	337.2	73.7	8.3	894.7	-1.7	-598.2	1957.4	1061.3	822.1
1980	31.2	11.7	363.4	78.3	7.7	983.5	-3.1	-1055.5	2943.1	1330.9	872.4
1981	9.5	9.0	383.5	80.3	5.5	-	-1.6	-3366.5	2659.0	1637.7	48.7
1982	20.7	20.0	329.5	63.5	-14.1	-	2.4	-319.1	1834.8	-1111.8	-829.7

1 -Medida pelo IPC. Fonte: Foxley (1988: p. 46).

2 -Fonte: Anuario Estadístico de America Latina, 1983.

3 e 4 -PIB a preços constantes ( em milhões de pesos a preços de 1977). Fonte: Anuario Estadístico de America Latina, 1981 e 1983.

5 -Taxas anuas médias. Fonte: Anuario Estadístico de America Latina, 1981 e 1983.

6 -Em US\$. Fonte: Foxley (1988: p. 46).

7 -% do PIB. Fonte: Foxley (1988: p. 46).

8 -Em US\$. Fonte: Anuario Estadístico de America Latina, 1981 e 1983.

9 -Em US\$. de 1977. Fonte: Anuario Estadístico de America Latina, 1981 e 1983.

10 -Taxa anual de variação. Fonte: Anuario Estadístico de America Latina, 1981 e 1983.

11 -Em US\$. Fonte: Foxley (1988: p. 46).

A análise precedente e os dados da tabela 2.1 revelam a trajetória da economia chilena nos anos 70 e início dos 80. Com base nos indicadores apresentados pode-se dizer que a política foi bem sucedida? "A avaliação de qualquer política depende dos objetivos que se desejam lograr" ( Foxley 1980: p. 11). Se se considerar que o objetivo principal do governo era o de reduzir a inflação, pode-se dizer que sua política para tal foi bem sucedida, sobretudo porque também conseguiu equilibrar as contas públicas, as quais segundo o diagnóstico da equipe econômica eram uma das causas das altas taxas de inflação. Ademais, se logrou aumentar as exportações não tradicionais bem como o volume de reservas. Por outro lado, a performance de outros indicadores mostra o custo para baixar as taxas de inflação. A taxa de desemprego sempre esteve alta, em 1982 chega a 20% da força de trabalho. A balança comercial é deficitária em quase todo o período. O PIB de 1970 a 1975 cai cerca de 10% e somente em 1977 chega a um valor próximo ao verificado no ano de 1970. Neste período também ocorreu concentração de renda, segundo French-Davis (1992) os salários médios foram a cada ano menores que em 1970.

## 2.2- O Processo de Abertura Comercial

Dentro do plano econômico de cunho monetarista iniciado em 1973, a reforma comercial encaixava-se em um projeto maior de transformação da organização social e institucional do país. Segundo o discurso oficial, a partir da descentralização da economia, implementar-se-ia a descentralização política e o mercado seria o "agente promotor do desenvolvimento".

O objetivo maior era a "liberalização das restrições que afetavam o comércio exterior" (Foxley, 1988: p. 73). Este processo demorou pouco mais de cinco anos, ou seja, neste período, abriu-se quase que irrestritamente a economia

chilena ao comércio mundial. Simultaneamente à liberalização das importações, as exportações seriam incentivadas. Os produtos exportados não pagariam IVA e a taxa de câmbio seria manipulada, ainda que essa ação se distanciasse da proposta liberal, de modo a manter uma paridade favorável para as exportações. Além disso, governo acreditava que as menores tarifas alfandegárias reduziriam os custos dos insumos importados, o que não deixaria de ser mais um estímulo aos exportadores. Segundo o diagnóstico do governo, uma menor tarifa diminuiria o preço dos insumos importados, deste modo, haveria aumento das importações, forçando uma taxa de câmbio de equilíbrio mais alta para o dólar, assim, mais favoráveis para as exportações. Os baixos salários e a ampla capacidade ociosa, advindos do combate à inflação, favoreceriam adicionalmente as exportações.

Quanto à reforma tarifária, ela seria realizada gradualmente e seria acompanhada por uma liberalização geral do setor externo, como por exemplo, o fim das barreiras não tarifárias e a redução dos limites ao investimento estrangeiro. Segundo o discurso oficial, a reforma comercial geraria benefícios a população, uma vez que "se criarão mais empregos nos setores de expansão, do que aqueles que poderiam desaparecer em setores de alta ineficiência" (Citado por French-Davis, 1992: p. 41). O processo de liberalização das importações deu-se em três etapas.

## 1o- Meados de 1974 a Meados de 1975

O objetivo era reduzir a tarifa média, que era de 94%, para 60%, além de se procurar eliminar todas cotas e licenças prévias requeridas para a importação. Não havia, no entanto, objetivos quanto a uma nova estrutura tarifária. A redução de tarifas correspondeu em maior parte àquelas que eram redundantes.

## 2o- Meados de 1975 a Meados de 1977

Uma vez alcançado uma tarifa média de cerca de 60%, de acordo com os objetivos iniciais do governo, elas foram novamente reduzidas, situando-se entre 10 e 35%. Neste período, o Chile retirou-se do Pacto Andino, numa tentativa de sinalizar que o processo de liberalização comercial seria definitivo.

## 3o- Meados de 1977 a Meados de 1979

A tarifa única seria de 10% (exceto para automóveis). A tabela 2.2 mostra a evolução da estrutura tarifária chilena do ano de 1973 ao ano de 1979, data em que se complementou a redução e a tarifa média estabeleceu-se em 10%.

*Tabela 2.2*

### *Liberalização Comercial no Chile (1973-1979)*

Data	Tarifa Máxima	Tarifa Modal	Tarifa Média
12/12/73	220	90	94
03/03/74	200	80	90
27/03/74	160	70	80
05/05/74	140	60	67
16/01/75	120	55	52
13/08/75	90	40	44
09/02/76	80	35	38
07/06/76	65	30	33
23/12/76	65	20	27
08/01/77	55	20	24
02/05/77	45	20	22
29/08/77	35	20	20
03/12/77	25	15	16
06/78	20	10	14
06/79	10	10	10

*Fonte: Reproduzida de Fritsch & Franco (1989: p. 16)*

Na primeira etapa do processo de liberalização das importações, a redução das tarifas foi acompanhada de uma desvalorização real da taxa de câmbio compensatória. O problema maior, segundo Foxley (1988), surge quando se está frente a altas taxas de inflação, na medida em que uma desvalorização da moeda tende a ter um impacto inflacionário. Passa a existir um *trade off* entre a estabilidade macroeconômica e a reforma comercial com câmbio compensatório. Já no ano de 1976 a primeira opção prevalece e a taxa de câmbio passa a ser usada principalmente como um instrumento de combate à inflação. Entre 1976 e 1978 intencionando a quebra das expectativas inflacionárias, a taxa de câmbio é valorizada<sup>14</sup>. Em 1978 inicia-se uma política de mini-desvalorização e no ano de 1979, o câmbio é fixado. Dado o diferencial entre a inflação interna (33%) e a inflação externa (12%) a taxa de câmbio real sofre significativa apreciação. A consequência desta valorização, foi um *boom* de importações (ver tabela 2.4), o qual trouxe um grande desequilíbrio, não financiável, nas contas externas. A tabela 2.3 mostra a evolução da taxa de câmbio real no período considerado.

**Tabela 2.3**

***Evolução do Índice da Taxa de Câmbio Bilateral Real (1973-1981)***  
***(1980=100)***

Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Câmbio Real	78.68	117.12	157.69	131.75	107.84	114.00	113.15	100.00	91.10

Fonte: Reproduzida de "Argentina e Chile: Um Exame da Experiência de Liberalização Comercial" (1990)

<sup>14</sup> Outro motivo para a valorização do câmbio é uma tentativa de atenuar os impactos monetários da expressiva entrada de capitais externos, verificada no período (ver tabela 2.1).

A tabela 2.4 mostra a evolução das importações e das exportações nos anos 70. Como foi mencionado anteriormente, as importações crescem sobretudo a partir do ano de 1978. As importações de bens de consumo não alimentícios crescem mais de 100% entre 1974 e 1979. As importações de bens de capital inicialmente caem e somente em 1978 recuperam os valores mostrados no ano de 1970. Quanto às exportações, tanto as tradicionais como as não tradicionais, crescem no período. O destaque fica para estas últimas, que mostram um aumento de mais de 400% nos valores exportados durante a década de 70.

Na verdade, ocorreu uma significativa diversificação das exportações, onde o cobre teve reduzida sua importância como principal produto exportado. Segundo Foxley (1980), a participação do cobre na pauta cai de 87% em 1967 para 60,2% em fins dos anos 70 (o que ainda não deixa de ser uma participação muito expressiva). Como pode ser visto no gráfico 2.1, as exportações de produtos agropecuários e do mar, celulose e manufaturados crescem expressivamente, sobretudo estes últimos, enquanto a participação do cobre, declina sensivelmente. Cabe ressaltar que estes produtos são em sua grande parte, produtos básicos baseados em recursos naturais nos quais o Chile tem vantagens comparativas<sup>15</sup>.

---

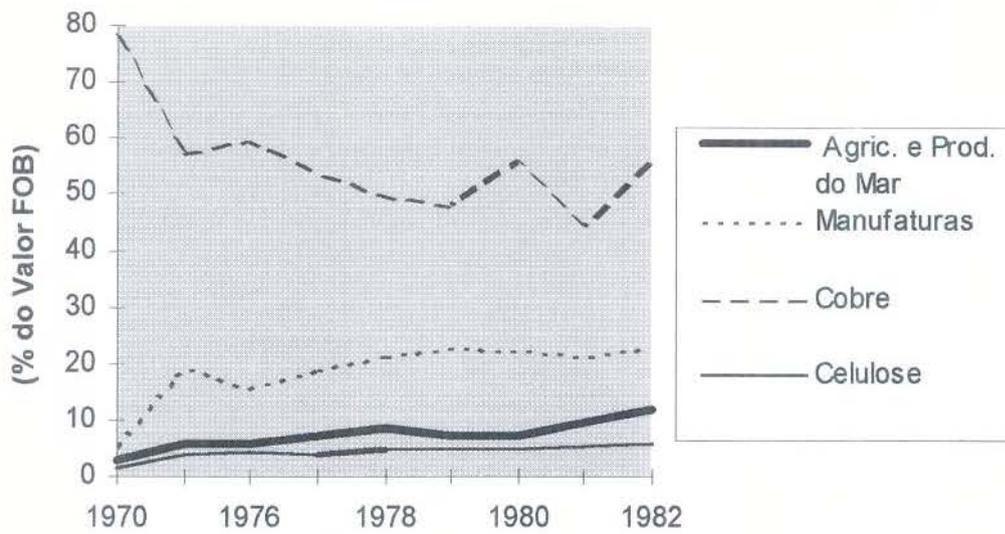
<sup>15</sup> Dentro dos "produtos agrícolas e do mar", o destaque fica para o "pescado", além da pecuária e dos produtos frutícolas. Dentro dos produtos "manufaturados" estão os alimentos, bebidas, produtos químicos, produtos metálicos, derivados do petróleo, maquinaria e materiais de transporte.

**Tabela 2.4**  
**Importações, Exportações (US\$ de 1977)**  
**e Taxas de Crescimento (%)**

	1970	1974	1976	1978	1980
<b>Importações</b>					
Bens Consumo Alimentício	110.5	85.9	117.0	133.1	297.5
Tx Crescimento	-	-22.2	36.2	13.7	23.5
Bens Consumo. não Alimentício	189.8	237.9	415.3	540.7	752.5
Tx Crescimento	-	25.3	74.5	30.1	39.1
Bens de Capital	566.0	337.9	573.2	683.9	857.2
Tx Crescimento	-	59.6	69.6	19.3	25.3
<b>Exportações</b>					
Não tradicion.	232.4	274.5	650.7	894.0	986.2
Tx Crescimento	-	18.1	36.9	37.3	10.3
Tradicionalis	1951.4	2268.0	1250.1	1757.7	2041.2
Tx Crescimento	-	16.2	55.1	40.6	16.1

*Fonte: Foxley (1988: p. 75)*

**Gráfico 2.1**  
**Evolução das Exportações**  
**Chile (1970-1982)**



*Fonte: Elaboração a partir dos dados do Estudio Económico de América Latina y el Caribe, vários anos.*

### 2.2.1- O Impacto da Abertura Comercial na Indústria

O setor industrial viu-se duplamente afetado. Seja pela recessão, seja pela abertura comercial. De acordo com um estudo de Foxley (1988), o efeito tanto da recessão, quanto da liberalização das importações, está relacionado ao tamanho da empresa e do subsetor dentro da indústria. De qualquer modo, os níveis de produção industrial foram negativamente afetados, quase que simultaneamente pela recessão e pela abertura comercial.

De acordo com o estudo de Foxley, alguns setores foram afetados tanto pela queda da demanda interna, quanto pela queda das tarifas, embora ele ressalte a dificuldade de separar os dois efeitos. Isto ocorreu, sobretudo, nos

ramos têxteis, na indústria de calçados e de insumos industriais, nos quais se verificou a queda da produção e um aumento correspondente de suas importações. Outros setores, como o de equipamentos eletrônicos, foram afetados somente pela abertura comercial, uma vez que o aumento da demanda interna traduziu-se em aumento dos similares importados e queda da produção doméstica, ou seja, o aumento da demanda interna foi suprido por produtos importados. Em setores, como por exemplo, o de materiais de construção ou a indústria de plásticos, a recessão teve efeito predominante, tanto a demanda interna quanto a produção local e as importações caíram. Por fim, aqueles setores orientados para às exportações, onde o maior exemplo, além do setor responsável pelo cobre, é o setor produtor de papel e celulose, adequaram-se satisfatoriamente à abertura, aumentando significativamente suas exportações.

*Tabela 2.5*  
*Produção Industrial (Índice 1970=100)*

Setor	1970	1974	1976	1978	1980	1982
Alimentos	100	108.9	106.5	104.3	116.3	112.9
Têxteis	100	102.4	64.1	76.4	63.2	42.2
Calçados	100	82.5	73.5	69.0	92.2	65.7
Papel e Celul.	100	130.1	123.7	136.1	160.5	139.8
Couro	100	71.7	63.3	61.7	44.1	28.8
Mat. Transp.	100	101.7	29.0	78.3	108.9	72.0
Manuf. Divers.	100	165.4	109.3	105.3	91.0	54.4
Tabaco	100	142.7	134.4	149.6	159.5	116.4
Prod. Minerais	100	132.3	76.9	93.6	118.8	58.1

*Fonte: Foxley (1988: p. 79)*

A tabela 2.5 mostra como se comportou, nos anos 70 e início dos 80, a produção industrial de alguns setores selecionados. Os setores de papel e celulose e tabaco são os únicos que não sofreram queda brusca da produção

entre 1974, início da reforma comercial, e 1976, além de em períodos posteriores, manterem taxas crescentes. A produção industrial destes dois setores, somente caiu no ano de 1982 num contexto de recessão, endividamento e crise financeira. Setores como têxtil, couro e calçados, tiveram sua produção bruscamente reduzida, não só no início do processo e durante toda a década de 70, como também no início dos anos 80, sofreram outra queda brusca de seus níveis de produção.

A tabela 2.6, faz uma comparação entre o número de estabelecimentos e o nível de ocupação industrial, em alguns setores selecionados, no ano de 1967 com o ano de 1981, data em que a reforma comercial estava em estado bastante avançado. Pode-se observar que os dois indicadores caíram durante o processo de abertura. Segundo Foxley, houve uma diminuição no tamanho médio das grandes empresas, na medida em que estavam mais expostas à concorrência internacional e também pelo fato de terem maior acesso ao crédito externo estando assim endividadas em dólar, se viram prejudicadas pelas altas taxas de juros externas. Os setores mais prejudicados foram os de produção de minerais não metálicos e o setor têxtil e calçados.

*Tabela 2.6*

*Evolução do No de Estabelecimentos e Ocupação no Setor Industrial  
entre 1967 e 1981  
(1967=100)*

Setor	No de Estabelec.	Ocupação
Alim, bebidas, tabaco	110	112
Têxtil, calçado	64	58
Papel e celulose	103	92
Química, plásticos	110	110
Minerais não metálicos	74	72
Máquinas e equipament.	81	66

*Fonte: Foxley (1988: p. 78)*

Quanto à questão do desemprego, Foxley conclui que, com exceção dos setores de alimentos, bebidas, tabaco e minerais, o emprego deteriorou-se ao longo de todo o período. O aumento do desemprego verificou-se inclusive naqueles setores orientados para as exportações”, como por exemplo, o ramo de papel e celulose. A tabela 2.7 mostra como se comportou, em alguns setores, o emprego industrial até 1981.

*Tabela 2.7*  
*Emprego Industrial (1970=100)*

Setor	1970	1974	1976	1978	1980	1981*
Emprego	100	110.0	92.6	92.0	87.2	84.6
Alim., Bebidas Tabaco	100	107.0	103.4	99.1	102.3	104.1
Têxtil, couro	100	109.9	87.1	87.6	84.2	78.3
Papel	100	109.3	98.0	94.5	87.0	87.7
Minerais não metálicos	100	117.4	91.6	86.0	87.0	87.2
Ind. Química	100	114.1	102.3	98.5	94.9	91.7

*Reproduzido de Foxley (1988: p. 80)*

\* Janeiro a maio

Segundo Ffrench-Davis (1992), “a liberalização das importações não destruiu a indústria nacional (...) mas contribuiu ao pobre desempenho global exibido pelo setor e pela economia chilena em seu conjunto, entre 1973 e 1978”. O autor ressalta que a recessão econômica que se iniciou em 1975, afetou drasticamente a produção industrial, sobretudo se se considerar a queda na

demanda agregada, nos salários, no investimento em capital fixo. Deste modo, existe uma convergência entre as conclusões de Foxley e Ffrench-Davis, na medida em que, ambos concordam que a indústria foi afetada tanto pela liberalização das importações, quanto pela recessão econômica.

Por fim, a indústria chilena procurou ajustar-se frente à maior concorrência externa através de três vias. Seja através de uma maior especialização industrial, processo que ocorreu ou via fusão de empresas, ou pela suspensão de algumas linhas de produção, objetivando, deste modo, aumentar a eficiência produtiva e poder competir com o exterior. As indústrias que antes dedicavam-se a substituição de importações, converteram-se em importadoras dos produtos que antes tentavam produzir, ou de produtos complementares a sua linha de produção (por exemplo, a Fiat e a GM transformaram-se em revendedoras). Por fim, algumas empresas quebraram e/ou fecharam suas portas. Segundo Ffrench-Davis, as empresas que sobreviveram tornaram-se, em média, mais modernas, flexíveis e inovadoras, se comparadas com a média existente antes da reforma, ainda que estas empresas tenham se especializado na transformação de recursos naturais. A conclusão de Foxley (1988: p. 36), é que “o aparato produtivo orientou-se preferencialmente até os setores primários e até as exportações, em especial naquelas intensivas em recursos naturais”. Ffrench-Davis reconhece que, embora as empresas tenham se tornado mais eficientes, seu valor agregado reduziu-se.

Considerando todo o processo de abertura nos anos 70, pode-se concluir que, antes da reforma comercial, a economia chilena convivia com margens de proteção excessivas para vários produtos. “A abertura foi excessiva e se realizou em um momento inoportuno”, uma vez que ela iniciou-se em um contexto recessivo, é o que conclui Ffrench-Davis (1992: p. 47). Segundo o autor, faltou uma melhor adaptação dos conceitos teóricos à realidade da economia chilena. Não ocorreu uma coordenação entre substituição de importações e a promoção

das exportações, no que diz respeito a complementaridade que estas atividades poderiam ter. Segundo Meller (1992: p. 11) a reforma comercial promovida no Chile na década de 70 “finalizou-se em uma aguda crise de desequilíbrio externo”, no entanto, a década de 80 assistiu a uma outra reforma comercial” , que nas palavras do próprio autor, obteve um “êxito notável”.

## 2.3- Os Anos 80

### 2.3.1- O Ajuste da Primeira Metade da Década

O início dos anos 80 foi marcado pela crise da dívida externa, não só no Chile, como em quase todos os países da América Latina. Os impactos negativos da crise de liquidez do início dos anos 80 foram maior sobre as economias mais abertas e mais dependentes dos fluxos de capital externo, o que justifica o grande impacto sofrido pelo Chile. Frente a magnitude da crise, expressa em um desequilíbrio externo, que por sua vez implicou em uma pesada recessão interna, o governo foi obrigado a mudar o rumo que a política macroeconômica até então tomava.

A fonte de desequilíbrio externo está calcada nos expressivos e crescentes déficits comerciais verificados desde o final dos anos 70 (ver tabela 2.1), uma vez que estes altos déficits não se traduziram em aumento do coeficiente de investimentos, ao contrário, acabaram se dirigindo ao consumo e a especulação financeira. Outro responsável por este desequilíbrio foi a interrupção do fluxo de capitais externos. No ano de 1982, uma desvalorização real do câmbio transformou-se no golpe fatal, na medida em que ela pôs fim à onda especulativa e obrigou o governo a intervir no mercado financeiro. Esta intervenção teve como

conseqüência imediata a estatização da dívida externa privada<sup>16</sup>, de modo análogo ao que aconteceu no mesmo período, por exemplo, no Brasil e no México. O Estado passou a controlar rigidamente as taxas de juros, o mercado de crédito e o de câmbio. Para se ter uma idéia da dimensão da crise, somente em 1982, o PIB caiu 14% e no ano de 1983, o desemprego efetivo ultrapassou os 30%.

Frente a este quadro de recessão e de desequilíbrio externo, os economistas de Chicago ("Chicago Boys"), na qualidade de idealizadores do ajuste dos anos 70, diziam que o melhor a ser feito era "não fazer nada". Eles argumentavam que a recessão internacional seria passageira e que, uma vez que o Chile já implantara todas as reformas estruturais básicas, a economia já estava devidamente preparada para evitar qualquer tipo de problema. A dúvida que surge sobre este tipo de comportamento político é a possibilidade do Chile, imerso em uma profunda recessão e com grande desequilíbrio das contas externas, não vir a sobreviver a "passageira recessão internacional".

Na periodização proposta por Meller (1990) a política de ajuste dos anos 80 deu-se em três fases, bastante distintas entre si: **primeira**, política recessiva (1982-1983), guiada pelo FMI; **segunda**, política expansiva (1984) e; **terceira**, política de ajuste de preços relativos e promoção de exportações (a partir de 1985), frente à percepção, pela equipe econômica, que o desequilíbrio externo era um problema de longo prazo, fato que por sua vez diferenciava-se da visão monetarista até então vigente. Também, foi a partir de 1985, que se iniciou a segunda reforma comercial no país.

---

<sup>16</sup> Além do Chile adotar uma taxa de câmbio preferencial mais baixa para os devedores em moeda estrangeira, em janeiro de 1983 o governo, frente ao crescente endividamento dos bancos privados (sua dívida cresceu de 0,6 bilhões de dólar em 1978 para 6,6 bilhões em 1982 e neste ano os recursos externos disponíveis para estes bancos reduziram-se em mais de 75%) acaba por assumir esta dívida e garantir seu pagamento aos credores internacionais, ou seja, "o setor financeiro havia sido nacionalizado e estava estreitamente controlado pelo Estado" (Edwards, 1988 : p. 160).

A primeira fase compreende os anos de 1982 e 1983, e foi marcada por uma profunda recessão. A produção industrial e a construção civil experimentaram queda de mais de 20% já no ano de 1982. Em 1983, o desemprego efetivo sobe para 31,1% e triplica-se o número de falências de bancos e empresas. A queda do PIB de 14% em 1982 é a maior de toda a América Latina. Soma-se a este quadro recessivo, personificado em um sistema produtivo debilitado e endividado, devido às reformas da década anterior, uma queda no preço internacional do cobre, que vem repercutir na deterioração da balança comercial. Os principais bancos privados do país, além do Banco do Chile e do Banco de Santiago, têm perdas expressivas, que equivalem a 3 a 4 vezes seu capital. Por fim, as reservas do Banco Central caem mais de 45%.

Este quadro recessivo, assemelha-se sobremaneira aquele verificado a partir do ano de 1975 (ver tabela 2.1), ou seja, foram verificadas quedas abruptas na produção, no emprego e no investimento (ver tabela 2.8). Somente o setor exportador não foi afetado pela crise, no entanto, a expansão das exportações, bem como sua diversificação (fenômeno que vinha ocorrendo desde meados dos anos 70) não foram suficientes para arrastar consigo o restante da economia.

A atitude do governo, frente a este quadro de desaceleração da economia, foi de passividade. A equipe econômica acreditava na eficácia do chamado enfoque monetário do balanço de pagamentos, segundo o qual, via taxa de juros, a economia automaticamente se ajustaria.

Deste modo, a taxa de juros passou a ser o único mecanismo de ajuste. Segundo Meller (1990) no segundo semestre de 1982, uma taxa de juros de 45,5% (ver tabela 2.8) produziu uma contração no gasto interno de mais de 20%. As importações caíram 53,4%, o que evidencia a sua elasticidade com relação ao comportamento da demanda interna. No mesmo período, o PIB caiu 12,8% e o desemprego aproximou-se de 25% e a despeito do enorme diferencial de juros

internos em relação aos externos, não ocorreu entrada de capital. Como pode ser observado na tabela 2.8, o fluxo é declinante desde o início de 1981. A política do “não fazer nada”<sup>17</sup> perde sentido a partir da constatação deste quadro caótico (somente o PIB caiu 14% em 1982) e da percepção de que dificilmente ocorreria algum ajuste automático, uma vez que a economia não estava preparada, como se pensava, para enfrentar qualquer tipo de problema. A pergunta “o que fazer” passa a ser inevitável.

**Tabela 2.8**  
**Ajuste Automático do Balanço de Pagamentos**  
**Chile, 1981-1982**

	Tx Juros Real	M1 Real (%)	Importações 1	Gasto Interno 2	Fluxo de Capital (US\$)	PIB 3	Desemprego (%)
1981 I	15.0	3.2	33.5	11.4	1060	8.5	13.7
II	21.2	-1.7	48.3	11.1	1764	9.3	15.1
III	27.7	-6.1	6.8	23.0	1218	9.8	15.5
IV	38.8	3.9	-33.4	-1.2	656	-4.6	16.1
1982 I	42.9	0.8	-31.1	-13.6	654	-8.0	21.0
II	45.8	-5.1	-53.9	-19.9	340	-12.8	24.9

Fonte: Reproduzido de Meller (1990: p. 18)

1,2,3: Variação anual (%)

De junho a setembro de 1982, a política cambial comportou-se de quatro maneiras distintas, o que somente veio a abalar a credibilidade da política

<sup>17</sup> Política do “No hacer nada”.

econômica. Inicialmente o câmbio foi mantido fixo<sup>18</sup>. Em junho ocorreu uma desvalorização de 18%. A partir daí seria posta em prática uma política de mini-desvalorizações, baseadas em uma cesta de moedas com ponderações diferentes. Em agosto foi adotada a flutuação livre do câmbio (política que dura somente três dias, e é seguida por “flutuação suja”.) e por fim, em setembro foi promovida uma maxi-desvalorização de 40%, a qual seria seguida de, mais uma vez, uma política de mini-desvalorizações, agora baseada no diferencial existente entre a inflação interna e a externa. Este comportamento da política cambial evidencia mais uma vez o distanciamento da equipe econômica com as propostas liberais.

Verificações empíricas mostraram que o governo não tinha controle algum sobre a quantidade de dinheiro na economia, independente do regime de câmbio. Deste modo a política monetária passou a ser pouco eficaz como um instrumento de política econômica e um fator adicional de abalo à credibilidade do governo, além de comprovar a ineficácia da política passiva dos “Chicago Boys”. O livre acesso ao mercado de câmbio, o qual passou a ser permitido a partir de uma estratégia de se tentar mostrar que não havia um desequilíbrio externo, terminou por provocar uma corrida contra o peso. Por fim, permitiu-se também livre mobilidade de capitais, o que de imediato provocou grande fuga de divisas. Assim, o governo não tinha outra opção a não ser aceitar a política ditada pelo FMI.

A partir de 1983, o FMI passou a “guiar” a economia chilena. A propósito, o Chile, foi o único país da América Latina que seguiu a risca o receituário proposto pelo Fundo<sup>19</sup>, na medida em que este não se diferenciava do que até então vinha

---

<sup>18</sup> O câmbio foi fixado em 1979.

<sup>19</sup> Durante a década de 80, o FMI enfrentou, para implementar seus programas de ajuste, grande resistência por parte das autoridades econômicas dos vários países da América Latina. O Chile foi uma exceção a esta regra, segundo Meller (1991: p.20), as autoridades econômicas chilenas (com exceção da autoridade de 1984) formularam somente uma pergunta à equipe do FMI: “Donde tengo que firmar?”.

sendo feito pelos monetaristas. Na visão do FMI, o principal problema enfrentado pelo país, era o alto estoque da dívida externa. Dever-se-ia promover significativa redução do déficit em conta corrente e também seria necessário um montante expressivo de recursos externos, para saldar sistematicamente o serviço da dívida. A política posta em prática pelo governo, seguiu o tradicional modelo de política contracionista do FMI, com política monetária e fiscal restritivas e profundo arrocho salarial.

Com a entrada em cena do FMI, ocorreu uma paralela e significativa entrada de recursos externos. Por outro lado, enquanto os economistas e a sociedade chilena, frente a um quadro recessivo com altas taxas de desemprego, desejavam uma política de reativação da economia, o Fundo previa a adoção de políticas recessivas para a redução do desequilíbrio externo. No final de 1983, frente a crise econômica que persistia e a perda de credibilidade em relação a política econômica, os "Chicago Boys" deixam o governo. No ano de 1984, ante a situação caótica da economia, o governo e a nova equipe econômica, resolveram optar pela adoção de políticas expansivas, as quais trouxeram resultados significativos ainda no ano de 1984. Ocorreu uma expansão industrial de 10%, o PIB cresceu 6.3%, o desemprego caiu de 31,1% em 1983, para 25% em 1984<sup>20</sup>.

A consequência negativa desta política, veio aparecer nas contas externas. O aquecimento interno traduziu-se em uma deterioração da Balança Comercial, o saldo passou de US\$ 986 milhões (em 1983) para US\$ 283 milhões em 1984. O déficit em conta corrente aumentou de US\$ 1073 milhões (em 1983) para US\$ 2060 milhões em 1984.<sup>21</sup>, ou seja, duplicou.

Esta vulnerabilidade externa, qual seja, o fato de um crescimento econômico rapidamente traduzir-se em desequilíbrio das contas externas,

---

<sup>20</sup> Dados retirados de Meller (1990).

<sup>21</sup> Dados retirados de Meller (1990).

evidenciou para equipe econômica que o ajuste externo é um problema de longo prazo. Em 1985, há uma nova mudança da equipe econômica, agora comandada pelo Ministro Büchi. O objetivo primordial passa a ser, a partir desta data, uma maior independência frente ao crédito externo, ou seja, diminuir a necessidade de se captar recursos no exterior. Para tal, o Chile deveria ser transformado em um economia exportadora.

Pode-se concluir que no período 1982-1984, o Chile atravessou uma severa recessão, advinda das conseqüências da política monetarista como por exemplo, deterioração das contas externas, queda da produção industrial, agravada pela crise da dívida. O modelo econômico, na sua essência, não sofreu alterações significativas. Com exceção do ano de 1984, houve um predomínio da política do *laissez-faire* ditada pelos “Chicago Boys”. A equipe econômica procurou manter certos preceitos da política liberal na medida em que o processo de privatizações não foi abandonado e o país continuava com enorme grau de abertura externa, mas por outro lado, segundo Tavares (1993: p. 85), “uma intervenção muito forte do Estado nos mercados, financeiro e cambial, apoiada pela entrada de recursos externos oficiais, ajudou a atravessar a crise.”

### 2.3.2 - A Política Comercial

Não houve no período considerado uma estratégia clara do governo quanto a política comercial. O que ocorreu, como uma tentativa de contornar o desequilíbrio externo, foi um aumento da tarifa nominal média, o qual era considerado temporário. A tabela 2.9, mostra o comportamento da tarifa alfandegária média e da taxa de câmbio, na primeira metade da década de 80. “O fato de haver uma estrutura tarifária homogênea proporcionou as autoridades

econômicas, um instrumento fácil de utilizar e complementar a taxa de câmbio, para poder enfrentar o desequilíbrio externo.” (Meller, 1992: p. 15).

*Tabela 2.9*

*Tarifa Nominal Média e Taxa de Câmbio Real (1980-1985)*

Ano	Tarifa Nominal Média (%)	Tx. Câmbio Real (\$/US\$ de 1990)
1980	10	175.0
1981	10	148.8
1982	10	172.6
1983	18	207.2
1984	25	218.0
1985	26	269.9

*Fonte: Reproduzida de Meller (1993: p. 16)*

O Chile enfrentou a crise de início dos anos 80, sem utilizar instrumentos quantitativos, ou seja, restrições quantitativas às importações ou barreiras não tarifárias. Os principais instrumentos utilizados foram a taxa de câmbio e as tarifas alfandegárias (instrumentos não liberais), como pode ser observado na tabela 2.9, a qual evidencia o comportamento inconstante dessas duas variáveis. A drástica redução da demanda agregada, funcionou como fator fundamental para a redução do desequilíbrio externo, na medida que, como pode ser observado na tabela 2.10, as importações experimentaram uma sensível queda nestes anos. Este fato, frente a um comportamento das exportações que pouco oscilaram no período, ressalta a maior sensibilidade das importações frente a uma contração do gasto

interno, além da eficácia da taxa de câmbio e do aumento das tarifas, para reduzir o montante importado.

*Tabela 2.10*  
*Exportações, Importações (US\$) 1980-1985*

	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Exportações Totais	4705	3836	3706	3831	3651	3804
Exportação Cobre	2125	1738	1685	1875	1604	1789
Importações	5469	6513	3643	2845	3288	2955

*Fonte: Reproduzida de Meller (1990: p. 14)*

No ano de 1981, dada uma taxa de câmbio sobrevalorizada, houve uma significativa queda das exportações, como pode ser visto na tabela 2.10. Após duas desvalorizações seguidas, em 1982 e 1983, (ver tabela 2.9) recuperou-se a capacidade exportadora. A queda, em valor, das exportações de cobre, refere-se a queda do preço deste metal no mercado internacional, que ocorreu também em 1982 e 1983. Quanto às importações, somente no período 1981-1985 o peso foi desvalorizado cerca de 100% em relação ao dólar, além do aumento da tarifa média, o qual atuou na mesma direção da desvalorização cambial. Soma-se a estes dois fatores a queda do gasto interno explicando assim a queda em torno de 50% das importações.

### 2.3.3- O Ajuste da Segunda Metade da Década de 80

No ano de 1985, a partir da constatação pela equipe econômica, agora comandada pelo Ministro Būchi, da necessidade de um ajuste de longo prazo para equilibrar as contas externas, fez com que o governo, embora continuasse

formalmente as políticas neoliberais, passasse a utilizar “políticas de gasto público e de financiamento anticíclicas e aumentar a proteção efetiva da economia” (Tavares, 1993: p. 83), o que afastava-se do modelo liberal até então implantado<sup>22</sup>. A manipulação das tarifas de importação, aliada a desvalorizações da taxa de câmbio, fazia parte de uma estratégia maior, qual seja, transformar o Chile em uma economia exportadora, um requisito essencial para minimizar a dependência de crédito externo e consolidar um equilíbrio nas contas externas.

A partir do objetivo central da equipe econômica, qual seja, o de transformar o país em uma economia exportadora, a política comercial passou a ser o principal instrumento de política econômica. O governo então passou a controlar mais de perto as taxas de juros e de câmbio, os salários, bem como os preços agrícolas e as tarifas alfandegárias, numa tentativa de provocar alterações nos preços relativos e desta forma favorecer as exportações. A tarifa alfandegária média encontrava-se na casa dos 10% no início dos anos 80 (ver tabela 2.9). A partir do choque externo e da deterioração da balança comercial ela foi aumentada para a faixa dos 25% em 1984 (na verdade em alguns períodos deste ano, ela chegou a 35%). Quando iniciou-se em 1985, a segunda reforma comercial chilena e a medida que o problema de escassez de divisas foi sendo solucionado, novamente foi feita outra redução de tarifas de 35% (no final de 1984) para 20%, nos primeiros quatro meses de 1985. Ao contrário da liberalização comercial dos anos 70, ocorreu, paralela a esta redução, uma desvalorização real compensatória da taxa de câmbio. Somente nestes quatro meses ela foi depreciada em 21,5%. As tabelas 2.11 e 2.12 mostram todo este movimento, pode-se observar o comportamento da tarifa nominal média e da taxa de câmbio real a partir de 1984. A tarifa alfandegária média de 20% em 1985, foi novamente reduzida e chegou a faixa de 15% em 1988, e em 1991 foi reduzida para 11%. A consequência imediata, da manipulação das tarifas e da

---

<sup>22</sup> Cabe ressaltar que já no ano de 1983 as tarifas de importação são aumentadas em 20% (tabela 2.12) e a taxa de câmbio foi desvalorizada (tabela 2.9). A particularidade deste período, diferente do ano de 1985, é que os objetivos do governo não estavam declarados.

desvalorização cambial, foi o aumento da proteção efetiva, dado que também pode ser observado na tabela 2.11, a qual veio favorecer o setor produtor de bens comercializáveis da economia. Por outro lado, a desvalorização e o aumento da proteção efetiva, permitiram as indústrias nacionais que competiam com produtos externos, dispor de um tempo mais adequado para o ajuste.

*Tabela 2.11*  
*Tarifa Nominal Média e Taxa de Cambio Real*  
*Chile 1984-1990*

Ano	Tarifa Nom. Média (%)	Tx Câmbio Real (\$/US\$ de 1990)	Proteção Efetiva (1990=100)
1984	25	218.0	77.7
1985	26	264.9	95.2
1986	20	294.6	100.8
1987	20	305.1	104.4
1988	15	324.5	106.4
1989	15	313.6	102.9
1990	15	304.9	100.0

*Fonte: Reproduzido de Meller (1993: p. 16)*

*Tabela 2.12*  
*Tarifa Nominal Média*  
*Chile 1982-1991*

1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
10	20A	20+35B	30+20C	20	20	15D	15	15	11E

*Fonte: Reproduzida de Meller (1993: p. 17)*

- A- Tarifas aumentaram 20% em março de 1983.
- B- Tarifas aumentaram 35% em setembro de 1984.
- C- Tarifas reduziram 30% em março e 20% em junho de 1985.
- D- Tarifas reduziram 15% em janeiro de 1988.
- E- Tarifas reduziram 11% em janeiro de 1991.

Além disso, é necessário destacar os acordos com o FMI e o Banco Mundial, que despejaram grande quantidade de recursos oficiais no país, fato que continuou ocorrendo a despeito da deterioração da conta corrente<sup>23</sup>. A equipe econômica tratou de intensificar as privatizações e incluiu na lista os setores de telecomunicações e as empresas de energia elétrica. Ademais, a nova equipe econômica que tomou posse em 1985, intencionava cumprir a risca, os objetivos assinalados pelo FMI, sobretudo aqueles relacionados com a política externa. Estes economistas, segundo Meller (1990), eram tidos como “más fondistas que el

<sup>23</sup> O Chile fez um programa de três anos com o FMI chamado “Facilidade Ampliada” de 1985 a 1987, além de outro com o Banco Mundial, também de três anos, chamado “Structural Adjustment Loan”.

Fondo". O FMI , por sua vez, qualificava o Chile como um país que já promovera na década de 70 as reformas estruturais básicas necessárias para o desenvolvimento sustentado. Deste modo, o Fundo tratou de promover uma crescente interação com o Banco Mundial na tentativa de apoiar o governo chileno na renegociação da dívida externa com os credores privados. Segundo Tavares (1993: p. 83), conseguiu-se financiar boa parte da dívida externa pública com os recursos líquidos dos organismos internacionais, por exemplo, "os programas de conversão da dívida externa retiraram US\$ 9600 milhões do estoque da dívida entre 1985 e 1990".

O resultado desta política foi a expansão das exportações. Segundo Meller (1990), elas aumentaram de US\$ 3706 milhões em 1982, para US\$ 7052 milhões em 1988, sendo que seu crescimento médio no período foi de 6.5% anual, com destaque para os produtos agrícolas e industriais que cresceram 14% , ou seja, acima da média. As exportações também tiveram sua participação relativa no PIB aumentada de 19.4% em 1982 para 37.3% em 1988. Um dado importante é que a participação relativa do cobre nas exportações totais declinou de 80% em 1970, para menos de 45% em 1992. Na análise de Agostin e Ffrench-Davis (1993), a explicação para o comportamento das exportações não está calcada somente no comportamento das tarifas. Segundo estes autores, a explicação principal para seu grande crescimento foi a desvalorização real do câmbio aliada a participação do investimento estrangeiro direto.

Na tentativa de se controlar mais de perto os indicadores econômicos estratégicos, o governo passou a trabalhar com o intuito de contrair os salários reais. Segundo Meller (1990), estes reduziram-se cerca de 20% durante a segunda metade da década de 80. O gasto social *per capita* reduziu-se em 10% durante um período de seis anos a partir de 1985. Por fim, o elevado nível de desemprego urbano (ver tabela 2.13), nos quatro primeiros anos do ajuste,

somado a contenção dos gastos sociais e a queda dos salários, constituíram-se mecanismos essenciais para se lograr o ajuste interno.

A partir de 1987 passou a haver um aumento da entrada de capital e, na tentativa de se impedir uma sobrevalorização do câmbio, como acontecera no final da década de 70, prejudicando desta forma o setor produtor de bens comercializáveis, o governo desviou-se da “abertura irrestrita ao ingresso de capital e tratou de dificultar a arbitragem internacional das taxas de juros (Vial et al., 1990: p,49). Quanto a taxa de câmbio, cabe ressaltar que sua paridade de referência era uma cesta de moedas. O peso tinha seu valor determinado por esta cesta. Até 1986 havia uma política de mini-desvalorização que considerava o diferencial existente entre a inflação interna e a externa. Após 1986 o Banco Central passou a fixar a taxa de câmbio de referência com a possibilidade de variação de 2% (posteriormente ampliada para 5%) tendo assim possibilidade de arbitrar dentro desta margem.

Em fins dos anos 80, o governo militar, na tentativa de melhorar sua imagem e ganhar votos no plebiscito de 1988 e na eleição presidencial de 1989, passou a promover uma política expansiva. A maior parte dos recursos para financiar tal política eram retirados da receita gerada pelo alto preço do cobre no mercado internacional. A consequência imediatamente sentida após a implementação desta política expansiva, foi um forte crescimento da demanda interna, com rápido crescimento do PIB (o qual segundo Tavares (1993) chegou a crescer 10% no ano de 1988) o que por sua vez traduziu-se em um aumento das importações maior que o das exportações. Segundo dados de Ffrench-Davis (1992), entre 1988 e 1989 as exportações cresceram 19%, enquanto neste mesmo período as importações cresceram 47%, fato que se traduziu em uma deterioração da balança comercial. Para Vial (et al. 1990), o forte impacto da demanda global levou a um grande aumento da taxa de inflação e no ano de 1989 esta taxa era quase o dobro daquela verificada no ano de 1988 (Ver tabela 2.13).

A princípio, o governo recusou-se a tomar medidas fiscais para reverter este quadro e somente em 1989 resolveu elevar a taxa de juros e impor restrições ao crédito interno.

O governo democrático eleito em 1989, tentando evitar uma trajetória que levasse a desequilíbrios macroeconômicos mais graves, foi forçado, já no início de seu mandato em 1990, a reverter o ciclo expansivo, não obstante a atmosfera otimista do período. A equipe econômica procurou promover sobretudo uma política de contenção à demanda.

Mesmo considerando este “incidente” ocorrido no final da década de 80, os dados mostrados na tabela 2.13, retratam o êxito do ajuste iniciado no ano de 1985. Na análise da tabela 2.13, pode-se ver que, um déficit comercial de US\$ 2677 milhões em 1981, transformou-se em um superávit crescente a partir de 1985, cuja performance só foi prejudicada pela política expansionista do final da década, a qual provocou grande crescimento das importações. O enorme déficit em conta corrente de 1981 (US\$ 4,7 milhões) foi reduzido para menos de US\$ 600 mil, em média, entre 1989 e 1992. As taxas de crescimento do PIB revelam que ele cresceu, com exceção do ano de 1990 (ano em que o governo democrático recém eleito promoveu a reversão do ciclo expansivo) a taxas maiores que aquela verificada no ano de 1981 (5,5%). A taxa de desemprego urbano foi gradualmente caindo e chegou a menos de 5% em 1992, valor três vezes menor ao verificado em 1981 e 10 vezes menor ao verificado em 1983. Quanto a inflação, ainda que as taxas verificadas durante o período de ajuste sejam superiores a 9.5% verificada em 1981, está aquém da média latino-americana no período. Por fim, a produção industrial também cresceu significativamente no período.

*Tabela 2.13*

*Indicadores Macroeconômicos do Chile (1981/1992)*

	Balan. Comerc (US\$)	Conta Corrent (US\$)	Crec. Econ (PIB)	Inflação (IPC)	Desem prego Urbano	PIB Indust (%)	Var Reserva s.	Tx Invest. (%)
1981	-2677	-4733	5.5	9.5	15.1	2.6	-	19.5
1985	547	-1342	2.2	26.4	17.0	1.2	-173	14.8
1986	704	-1181	5.7	17.4	13.1	8.0	-255	15.0
1987	809	-869	5.7	21.5	11.9	5.5	79	16.5
1988	1025	-281	7.4	12.7	10.2	10.4	867	17.0
1989	1000	-924	9.8	21.4	7.2	12.2	581	18.6
1990	1057	-744	2.8	27.3	6.5	0.5	2324	-
1991	1644	-158	5.8	18.7	7.3	5.7	1388	-
1992	886	-940	9.8	12.7	4.9	11.0	2443	-

*Fonte: "Anuario Estadístico de America Latina" e "Estudio Economico de America Latina y el Caribe", Vários anos.*

A produção industrial cresceu no período 1985-1990 cerca de 37%, a uma taxa anual de 6.3%. A partir do objetivo central do governo, qual seja, o de transformar o Chile em uma economia exportadora, surgiram novas empresas em ramos deprimidos pela abertura dos anos 70, além de surgirem outros estabelecimentos que concorriam com os mercados externos ao processarem recursos naturais para serem exportados. Na análise de Agostin (et al., 1993:p. 50) transparece a conclusão de que o processo de desindustrialização não se reverteu, na medida em que “as exportações ainda se concentram em produtos que fazem uso intensivo de recursos naturais”.

Meller (1993) ressalta que a economia chilena passou a contar, durante a década de 80, com uma nova gama de empresários, os quais refletiam a adequação aos objetivos do governo, na medida em que possuíam “mentalidade exportadora”. Embora Meller não veja estreita relação entre esta nova geração de empresários exportadores e as profundas reformas econômicas implementadas no Chile desde o início da década de 70, ele acha que as modificações nos preços relativos ocorridas a partir do ano de 1985 (com a modificação das tarifas alfandegárias e a desvalorização da taxa de câmbio) e o conseqüente incentivo às exportações, contribuíram para impulsionar os negócios destes empresários, traduzindo-se, como pode ser visto na tabela 2.14, no crescimento do número de empresas voltadas à exportação, sobretudo as empresas maiores, como por exemplo, aquelas que exportam entre US\$ 10 e US\$ 100 milhões, as quais cresceram cerca de 170% entre 1986 e 1991. As empresas menores, ou seja, aquelas que exportam entre US\$ 100 mil e US\$ 1 milhão, ainda que tenham aumentado em 83% seus estabelecimentos, foram as que menos cresceram, como pode ser comprovado na tabela. Fato que leva a indicação de ter ocorrido nos anos 80, uma concentração até as indústrias de tamanho médio e grande, em detrimento das pequenas empresas.

*Tabela 2.14*

*No de Empresas Segundo Valor Exportado (1986-1991)*

Valor Exportado	1986	1987	1988	1989	1990	1981	Tx Cresc
+ de US\$100 milhões	4	6	8	8	8	9	125.0
Entre US\$10 e US\$100 milhões	38	50	66	76	87	103	171.1
Entre US\$1 e US\$10 milhões	193	248	303	341	431	514	166.3
Entre US\$100mil e US\$1 milhão	661	772	894	892	1034	1210	83.0

*Fonte: Reproduzida de Meller (1993: p. 35)*

A recuperação industrial também esteve calcada na política governamental que objetivava abrandar o grau de endividamento das empresas. A partir do aumento do preço do cobre no mercado internacional e, na medida em que este minério representava cerca de 46% das receitas com exportação em 1991, apropriadas diretamente pelo Estado, uma vez que a CODELCO, na qualidade de única empresa responsável pela extração do cobre, continuou nas mãos do governo, ou seja, não foi privatizada, foi possível ao Estado apropriar-se deste excedente em dólar e como ressalta Tavares (1993, p. 84) convertê-lo em investimento público e além disso, “transformar em excedente financeiro, capaz de absorver, mediante a geração de mais receitas fiscais e parafiscais, os custos adicionais de uma política cambial ativa”, a qual por sua vez contribuiu, junto com a manipulação das tarifas, para elevar a proteção efetiva e incentivar as exportações. Este comportamento da equipe econômica revela, mais uma vez,

seu distanciamento das idéias liberais em favor de uma postura mais intervencionista.

Ao se apropriar deste excedente gerado pela exportação do cobre, também foi possível ao governo chileno fornecer crédito público subsidiado à indústria e também às atividades agrícolas, desde que estivessem orientadas para a produção de recursos naturais e voltadas à exportação. A consequência desta ação foi o aumento do investimento privado, a ponto deste ultrapassar, a partir de 1987, a taxa de investimento público. O governo também procurou, no seu incansável objetivo de transformar o Chile em uma economia exportadora, simplificar os procedimentos administrativos para a atividade de exportação<sup>24</sup> e transformou a CODELCO em uma ativa compradora de insumos e bens de capital de indústrias nacionais<sup>25</sup>. Ffrench-Davis (1992, p. 50) alerta para o fato de que “as exportações contribuíram para a recuperação da atividade econômica, mas não lograram compensar a deterioração da produção não exportável”.

No contexto da campanha eleitoral em fins dos anos 80, a política expansionista do governo logrou recuperar as taxas de investimento industrial, na medida que a capacidade instalada cresceu, segundo dados de Ffrench-Davis (1993) próximo dos 3,5% ao ano. Por exemplo, entre 1982 e 1987 a taxa de crescimento da capacidade instalada situou-se próximo de 1,7% ao ano. O aquecimento da demanda, que chegou a crescer 18% nos últimos dois anos da década, pôde ser suprido graças à capacidade ociosa advinda da recessão do início da década. Cabe ressaltar que o crescimento dinâmico da indústria verificou-se somente no setor exportador.

---

<sup>24</sup> As empresas que exportassem menos que US\$ 20 milhões (valor máximo anual) teriam direito a um reembolso de até 10% do valor exportado.

<sup>25</sup> O governo procurava incentivar a indústria de bens de capital que começava a dar sinais de crescimento neste período. Através deste programa, foi possível a estas indústria desenvolverem novas tecnologias capazes de produzir equipamentos de perfuração, máquinas agrícolas, além de aperfeiçoar a fabricação de motores elétricos, equipamentos de trituração, etc. Cabe ressaltar que grande parte da indústria de bens de capital estava orientada para a produção de máquinas necessárias para a extração de cobre.

## 2.3.4 - As Exportações

O dado mais importante a destacar é que ocorreu uma diversificação das exportações, fato este que é consenso entre os diversos autores que analisaram a economia chilena. Não se pode negar que esta diversificação iniciou-se na década de 70, como pode ser observado no gráfico 2.1 (o qual revela a progressiva perda de participação do cobre na pauta e um ligeiro aumento de outros produtos, como os industriais e os agrícolas). Também não se pode negar que esta diversificação intensificou-se na década de 80, mesmo reconhecendo que o cobre ainda hoje, com cerca de 46% das receitas de exportação, é o principal produto exportado. A tabela 2.15 evidencia este fenômeno mostrando que a participação do cobre na pauta caiu em todo o período analisado cerca de 38%<sup>26</sup>, enquanto outros produtos, como os agrícolas (destaque para as frutas, uva e laranja) e produtos do mar (como a farinha de pescado), que juntos cresceram próximo dos 260% em todo o período, além dos produtos industriais que cresceram 212,3%.

---

<sup>26</sup> Nos últimos anos da década de 80, a participação do cobre no total das exportações aumentou (de 41,2% em 1987 para 47,9% em 1988 e para 50,2% em 1989), mais pela alta do preço deste metal no mercado internacional do que por aumento da quantidade exportada (Mizala, 1992).

Tabela 2.15

*Estrutura das Exportações (% do total)*

Período	Minério	Agrop.P. Mar	Industriais	Total
1960/70	85.6	3.9	10.5	100
1971/80	70.6	5.1	24.3	100
1981/84	57.2	10.0	32.8	100
1985/89	53.1	14.1	32.8	100

Fonte: Reproduzida de Vial (et al., 1990, p. 70)

Dado as enormes vantagens comparativas que o país possui, o cobre é, e provavelmente continuará sendo, o principal produto exportado, mas como foi ressaltado no parágrafo anterior, outros produtos vêm ocupando cada vez parcela mais apreciável da pauta de exportações<sup>27</sup>. Os “produtos do mar” vêm desde o início da década de 80 registrando um crescimento expressivo. Sua participação média no total das exportações chegou a 11,8% no período 1984/1988. Dentro destes produtos o destaque ficou para as exportações de peixes, farinha e azeite de pescado. “Agricultura e agroindústria” viu sua participação na pauta crescer de 7,4%, no período 1980/1983, para 13% no período 1984/1988, ou seja, ocorreu um aumento de mais de 75%. Dentro deste setor o destaque ficou para a exportação de frutas (uva e maçã) responsáveis por 84,3% de suas receitas. Segundo Mizala (1992), o ramo de “papel e celulose” foi definitivamente impulsionado nos últimos três anos da década de 80<sup>28</sup>. A “indústria química” exporta sobretudo produtos intermediários destinado à indústria manufatureira, agrícola e de mineração. Os produtos exportados são sobretudo produtos químicos inorgânicos (por exemplo iodo, salitre) além de plásticos. As exportações destes produtos vêm crescendo sustentadamente desde 1974. O gráfico 2. 1 mostra esta evolução até o início dos anos 80. O gráfico 2.2, abaixo,

<sup>27</sup> Dados retirados de Mizala (1992).

<sup>28</sup> O Chile tem vantagens absolutas para o cultivo da espécie *pino radiata*, originária da Califórnia. A área atualmente cultivada é de mais de um milhão de hectares.

mostra a composição das exportações chilenas no ano de 1988. De modo geral, o Chile exporta basicamente produtos primários e *commodities* industriais.

Gráfico 2.2



Fonte: Mizala (1992)

No próximo capítulo procurar-se-á contrapor a realidade ao modelo, ou seja, a partir das diversas visões dos diversos autores apresentados no capítulo 1, tentar-se-á chegar a uma conclusão mais precisa sobre os determinantes do êxito chileno.

## **Capítulo 3:**

**“Uma Comparação entre a Realidade e o Modelo”**

## Capítulo 3

### Uma Comparação entre a Realidade e o Modelo

A conclusão do processo de ajuste chileno passa por dois momentos distintos. O primeiro momento foi na década de 70, durante o qual o país passou por um amplo processo de ajuste, que incluiu uma profunda reforma comercial. A frente da equipe econômica neste período, que iniciou-se em 1973 e terminou no início dos anos 80, estavam os “Chicago Boys”, os quais implantaram um ajuste nos moldes monetaristas. Este ajuste iniciou-se em um contexto de fortes desequilíbrios macroeconômicos, com altas taxas de inflação e forte recessão.

No ano de 1973 também iniciou-se a reforma comercial. A princípio não foram estabelecidas metas quanto a uma nova estrutura tarifária. Havia a constatação que o país possuía margem de proteção excessiva para vários produtos. No início da liberalização comercial, a redução das tarifas foi marcada por uma desvalorização compensatória da taxa de câmbio, atividade que foi abandonada a medida que não se conseguia reverter a alta taxa de inflação e a taxa de câmbio passou a ser predominantemente usada como instrumento de combate à inflação. A partir do processo de liberalização do acesso ao capital externo, o qual ocorreu paralelo a reforma comercial, ocorreu um valorização da taxa de câmbio, dada a grande entrada de recursos externos. A consequência foi um grande crescimento das importações e o aparecimento de um grande déficit comercial. Cabe ressaltar que a liberalização comercial da década de 70 iniciou-se em um momento inoportuno, marcado por uma forte recessão econômica. Partindo-se de uma estrutura tarifária média de 94% em 1973, chegou-se no ano de 1979 a uma tarifa média homogênea de 10%.

De 1979 para 1980 duplicou-se o déficit comercial. Nos anos 70, este era financiado por recursos externos, em abundância no país. No início dos anos 80, num contexto de crise financeira em vários países da América Latina, cessa-se o fluxo de capital. No Chile, como em outros países da região, a consequência imediata foi uma forte recessão e a entrada em cena do FMI. A postura política dos "Chicago Boys", ainda no poder, foi de "não fazer nada", acreditando no ajuste automático. Frente à situação econômica que a cada dia se agravava, o governo resolveu, no ano de 1985, tomar medidas que se afastavam sobremaneira do modelo liberal até então vigente. Na verdade, a partir de meados de 1983 o governo já se inclinava para uma postura mais intervencionista no que diz respeito a política econômica (por exemplo, como mostra a tabela 2.12 em março deste ano as tarifas de importação foram aumentadas em 20%). Em 1985 os objetivos intervencionistas do governos tornaram-se mais explícitos e marcou-se assim o segundo momento do processo de ajuste chileno. O governo procurou aumentar as tarifas, controlar as taxas de juros, desvalorizar o câmbio, de modo a provocar alterações nos preços relativos e favorecer as exportações, que eram o objetivo último do governo, ou seja, intencionava-se transformar o Chile em uma economia exportadora. Aqui, diferente da década de 70, a redução de tarifas foi acompanhada, em todo o período, por uma política de desvalorização real compensatória da taxa de câmbio (nos anos 70, somente nos primeiros momentos da liberalização foi que ocorreu uma desvalorização compensatória, na medida que posteriormente a taxa de cambio passou a ser usada como instrumento de combate à inflação). Pode-se dizer que o governo conseguiu transformar o Chile em um país exportador, ainda que boa parte de suas exportações sejam baseadas em recursos naturais. O déficit comercial também foi revertido.

Atualmente, vários países da América Latina (inclusive o Brasil) estão empenhados em promover significativas reestruturações econômicas, de cunho liberal, que incluem ampla abertura externa. Neste contexto, a experiência chilena

deve ser entendida como um longo processo no qual conviveram êxitos e fracassos e que, dadas as características históricas, econômicas e políticas, específicas do Chile, não podem ser generalizadas ou transformadas em um receituário mecanicamente aplicado a outros países.

Segundo French-Davis (et al., 1992: p. 33), "o Chile não é um caos, mas tampouco é um milagre". De qualquer modo, recordando os pontos já apresentados no capítulo 1, faz onze anos que a economia chilena cresce continuamente, crescimento amparado por estabilidade econômica e baixas taxas de inflação (próximas dos 10% ao ano) e também com baixas taxas de desemprego (no ano de 1992 esta taxa estava em 4,9%<sup>29</sup>, o índice mais baixo em vinte anos). O Chile, após realizar durante todo o processo de ajuste duas reformas comerciais (uma nos anos 70, outra nos anos 80), conta atualmente com uma estrutura tarifária reduzida e simplificada, com tarifas médias de importação de 11%, além de ter eliminado as barreiras não tarifárias ao comércio exterior. A balança comercial, que em quase toda década de 70 e início dos 80 foi deficitária, vem desde 1985 apresentando superávits. As exportações, que no ano de 1981 representavam cerca de 20% do PIB, passaram a representar em 1989 28,9%, ademais, a consolidação do Chile como uma economia exportadora, ainda que a maioria dos produtos exportados sejam baseados em recursos naturais, foi um dos resultados mais positivos do processo de ajuste.

A constatação do êxito chileno, advinda da apreciação dos indicadores econômicos com os quais entrou na década de 90, traz a tona o debate sobre quem seria o responsável por este inegável sucesso, transformado em exemplo paradigmático de ajuste bem sucedido a ser seguido pelos demais países da América Latina. Relembrando as posições dos diversos autores apresentados no

---

<sup>29</sup> Foge aos objetivos deste trabalho explicar os motivos de tamanha queda nas taxas de desemprego, mais uma possível explicação passa pela consideração do fato de a mão de obra advinda da desindustrialização ter sido absorvida por outros setores, como por exemplo, o setor de serviços.

capítulo 1, pode-se dizer que de um lado estão os defensores do monetarismo ortodoxo e da eficácia da aplicação do receituário contido nas idéias do Consenso de Washington. Estes autores atribuem à aplicação irrestrita da política liberal no Chile desde o início dos anos 70, a responsabilidade pelo seu êxito. No capítulo 1 estas idéias foram defendidas por Williamson e pelo Relatório do BID. Do outro lado estão os defensores da intervenção estatal na condução da política econômica, os quais por sua vez atribuem exclusivamente a ação de um Estado forte a responsabilidade pelo sucesso do ajuste chileno. Segundo estes autores a política liberal da década de 70 terminou em grande fracasso, expresso na crise da dívida e na recessão do início da década de 80. Para estes autores somente a política promovida pelo Estado a partir de 1985, quando este passou a guiar mais de perto a economia e a promover vários ajustes tencionando modificar os preços relativos, podem explicar o bem sucedido ajuste ocorrido no Chile. Este ponto de vista foi defendido por Tavares e Fiori. Por fim há os autores que responsabilizam a combinação eficiente da política monetarista com a ação estatal para se lograr o êxito chileno. Este argumento está presente nas análises mostradas por Bresser Pereira, Malan e Fanelli.

Considerando os autores mostrados no capítulo 1 e não esquecendo todo o processo de ajuste da economia chilena apresentado no capítulo 2, tentar-se-á neste capítulo chegar próximo de uma resposta mais conclusiva sobre os determinantes do sucesso do ajuste chileno, o qual transformou o Chile em um exemplo de ajuste bem sucedido para vários países latino-americanos.

De fato, como diz Williamson (1992: pp. 46-48) "o Chile mostra claramente seu êxito sob qualquer critério que for examinado", mas o que não é verdade é atribuir esse êxito a aplicação determinada e disciplinada do receituário da "nova e sábia convenção", qual seja, aplicar uma estratégia de ajuste que previa, resumidamente, três passos a serem dados nesta ordem, estabilização econômica, realização de reformas estruturais (liberalização financeira, comercial,

privatizações, etc.) e por fim retomada dos investimentos estrangeiros. O governo militar, tinha durante a década de 70, uma estratégia de ajuste que se assemelhava muito a esta proposta recomendada pelo FMI, Banco Mundial e outros organismos oficiais. Procurou-se promover privatizações, liberaram-se as taxas de juros, fez profunda reforma comercial além de realizar políticas monetária e fiscal restritivas. A análise dos anos 70, mostrou que esta política conduzida pelos “Chicago Boys” foi eficiente somente para equilibrar as contas públicas e baixar significativamente as taxas de inflação. No mais a balança comercial foi deficitária em quase todo o período, a taxa de desemprego sempre esteve alta, houve concentração de renda, queda nos salários reais, além de queda na produção industrial e no PIB.

Williamson argumenta que somente no longo prazo é que se conhecerão os efeitos do Consenso de Washington, ou seja, existe um *timing* entre a promoção do ajuste e o obtenção dos resultados, deste modo o autor procura não se esquecer dos resultados negativos em que terminou o ajuste liberal promovido na década de 70. A análise da década de 80 mostra que, enquanto prevaleceu a política do “não fazer nada”<sup>30</sup> dos “Chicago Boys” a situação do Chile a cada dia foi se agravando mais, rumando ao caos. Somente ao tomar as rédeas da economia, o Estado conseguiu a partir de 1985, levar o país para o caminho da estabilidade e do crescimento econômico.

A nosso ver, também parece equivocado atribuir o êxito chileno unicamente a forte presença do Estado na economia a partir da segunda metade da década de 80, posição que é defendida por Tavares e Fiori. Segundo Tavares (1993), a participação do Estado no processo de ajuste chileno “foi muito superior às demais experiências de ajuste latino-americanas”. Na sua análise, o verdadeiro processo de ajuste no Chile ocorreu nos anos 80. O choque liberalizante da

---

<sup>30</sup> De acordo com o que foi dito no capítulo 2, estes economistas diziam que o Chile já tinha feito as reformas estruturais necessárias e que a crise internacional seria passageira, bastando deste modo esperar a situação melhorar.

década de 70 terminou em rotundo fracasso. Segundo Fiori (1993, p:138), somente a presença de um Estado forte foi capaz de “hierarquizar objetivos e gastos” além de “impor restrições e distribuir penalidades”.

Na tentativa de analisar a economia chilena não se pode esquecer que durante todo o processo de ajuste da década de 80, o país contou com enorme montante de recursos externos, conseguidos sobretudo a partir dos organismos oficiais de créditos, os quais destinavam estes recursos ao Chile, na medida em que este era um dos poucos países da América Latina que havia se empenhado em promover uma ampla política econômica nos moldes liberais. Fanelli (1992) reconhece este “trato especial” recebido pelo Chile no tocante ao financiamento externo e diz que nenhum outro país da região contou com quantidade equivalente de recursos oficiais<sup>31</sup>. Desta forma, Fanelli e, com o mesmo argumento, Bresser Pereira atribuem o êxito chileno a esta entrada de recursos oficiais.

Assim, uma possível explicação para o êxito chileno, passa pela consideração das reformas liberais promovidas pelos “Chicago Boys” na década de 70, as quais uma vez implantadas, permitiram ao país o acesso a recursos oficiais, recursos que associados aos excedentes em dólar advindos da exportação de cobre, apropriados diretamente pelo Estado, permitiram ao governo arcar com os custos adicionais de uma política de desvalorização real da taxa de câmbio (necessária para conduzir a reforma comercial objetivando transformar o país em uma economia exportadora) e como ressalta Bresser Pereira não prejudicar sua situação fiscal.

Uma vez que na década de 70 foi promovida uma ampla reforma comercial, foi possível a equipe econômica, a partir dos erros cometidos nesta fase, conduzir de maneira mais eficiente e mais vagarosamente a liberalização

---

<sup>31</sup> Até porque seria impossível generalizar este tratamento.

comercial dos anos 80, promovendo uma desvalorização compensatória do câmbio simultaneamente a uma redução mais controlada das tarifas de importação. Adicionalmente, procurou-se controlar mais de perto a taxa de juros, de modo a não permitir que uma entrada excessiva de capitais (que começou a ocorrer em 1987) sobrevalorizasse a taxa de câmbio prejudicando as exportações. Por outro lado, nos anos 80 o governo tratou de intensificar o processo de privatizações, partindo para os setores mais estratégicos, como telecomunicações e as empresas hidroelétricas. Cabe ressaltar que a CODELCO, a empresa responsável pelo cobre, não foi privatizada e o Estado apropriava (e continua apropriando) diretamente os recursos advindos das exportações deste minério, responsável por cerca de 40% das receitas totais.

Desta forma entendemos que o êxito chileno somente pode ser entendido enquanto um *mix* de estratégias de ajuste liberal aliada a condução por um Estado forte e autoritário da política econômica, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social e capaz de “hierarquizar objetivos e gastos”, como ressaltou Fiori (1993), ou seja, o plano micro contemplou uma estratégia nos moldes liberais, com privatizações aceleradas e desregulamentações financeiras, enquanto no plano macro o Estado controlava instrumentos importantes, como a taxa de câmbio e a taxa de juros. Ademais, cabe ressaltar a impossibilidade de se generalizar o processo de ajuste chileno a outros países da América Latina, com características tão específicas e distintas, transformando o exemplo chileno em um modelo lógico a ser seguido. Este ponto é consensual entre os diversos autores citados, a exceção de Williamson, na qualidade de idealizador do Consenso de Washington. De acordo com a conclusão de Malan (1990: p. 9) “não há um caminho único, nem fórmula simples ou modelo a ser seguido”.

Ademais, ao se observar a estrutura industrial chilena após todo este processo de ajuste chega-se a conclusão de que ocorreu uma concentração das

indústrias até unidades mais especializadas, no caso um processo de regressão industrial até produtos primários. De modo análogo a esta concentração, também ocorreu forte concentração de renda, conferindo ao processo de ajuste características excludentes do ponto de vista social, na medida em que um terço da população do Chile pode ser considerada como estando em condições de pobreza absoluta.

## Anexo Estadístico

*Tabela 1*  
*Chile: Principais Produtos Exportados (%)*

Produto	1970	1980	82	85	86	87	88	89	90	91	92
68212	53.5	35.3	34.0	32.5	31.1	30.8	36.1	37.1	36.7	29.6	27.2
28311	2.3	5.1	6.5	7.5	4.4	6.6	7.1	8.5	6.1	9.6	10.1
0814	1.3	4.9	7.1	7.5	8.0	7.3	6.6	6.3	4.5	5.6	5.5
0311	-	-	-	-	-	2.2	2.3	2.6	3.8	4.5	5.1
25172	0.6	2.4	3.1	2.5	2.7	3.2	3.0	2.9	2.6	2.4	4.3
0515-	-	-	2.7	4.9	4.4	4.4	4.0	3.2	4.1	3.3	3.3
97101	-	-	-	2.4	2.4	3.1	2.3	2.3	2.7	4.5	2.7
68211	23.0	6.4	7.9	6.2	6.0	4.3	4.8	4.5	3.7	2.0	2.3
0514	-	-	2.2	-	-	-	1.8	1.3	-	-	1.9
2813	5.8	3.4	3.7	-	-	-	-	-	1.6	1.8	-
28393	-	-	4.0	3.3	-	-	1.6	1.4	-	-	-
99998	88.9	70.0	73.4	70.6	66.3	66.4	69.8	70.1	67.5	64.6	64.2
99999	1233.6	4666.9	3579.0	3763.8	4051.8	4997.6	6953.4	8191.0	8521.4	8989.2	99206.

Fonte: Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, vários números

68212: Cobre refinado  
 28311: Mineral e concentrado de Cobre  
 0814: Farinha de pescado e de carne  
 0311: Pescado fresco  
 25172: Polpa de Madeira  
 0515: Uvas frescas  
 97101: Ouro  
 68211: Cobre blister e cobre sem refinar  
 0514: Maças Frescas  
 2813: Mineral de Ferro  
 28393: Mineral de titânio, molibdenio, zinco e seus concentrados  
 99998: Total dos produtos principais (%)  
 99999: Exportações totais ( em milhões de US\$)

*Tabela 2*

*Chile: Preço do Cobre na Bolsa de Metais de Londres*

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Preço*	64.1	49.3	48.6	80.8	93.3	55.9	63.6	59.3	61.9	89.8	99.2	79.0

1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
67.2	72.2	62.5	64.3	62.3	81.0	117.9	129.1	120.9	106.1	103.6

*Fonte: Estúdio Económico de America Latina, vários números*

\*Preço nominal, centavos de dólar por libra

Tabela 3

Chile: Diversificação dos Produtos de Exportação (1970-1985)

(% das exportações totais)

Produto	1970	1975	1980	1985
Pescado fresco	0.1	0.1	0.8	1.3
Pescado enlatado	0.2	0.5	0.3	1.1
maçãs frescas	0.3	0.9	1.4	1.8
uvas frescas	0.3	0.8	0.9	4.9
outras frutas	0.3	0.3	0.5	1.5
Leguminosas, legum.	0.4	0.7	1.0	1.0
Carne, farinha pesc.	1.3	1.5	4.9	7.6
Madeira (troncos)	0.0	0.0	1.5	1.3
Madeira (formas)	0.5	1.2	2.7	1.1
Polpa de madeira	1.3	3.5	4.2	4.0
Nitrato, sódio nat.	1.1	1.6	0.8	0.9
Minério de ferro	5.8	5.2	3.4	1.8
Minério de cobre	2.3	1.5	5.1	7.6
Minerais n ferrosos	0.1	0.0	1.0	3.3
Azeite de pescado	0.2	0.2	0.8	1.0
Papel de periódico	0.8	1.5	0.7	1.3
Prata n elaborada	0.0	2.0	2.5	1.8
Cobre n elaborado	76.0	52.1	41.7	39.0
Total	91.6	73.6	74.1	82.3
Exp. Totais (US\$)	1233.6	1695.6	4666.6	3737.6

Fonte: *Estúdio e Informes de la Cepal* (1993), n. 84, p. 285

*Tabela 4*

*Chile: Medidas Especiais de Tratamento Preferencial as Exportações*

<b>Lei</b>	<b>Conteúdo</b>
Lei No 18708 (maio de 1988)	Devolução de vários impostos pagos sobre a importação de matérias primas e insumos usados para a produção de produtos exportáveis.
Decreto lei 825 (1974)	Devolução de IVA pago sobre a importação de bens e serviços necessários para produzir produtos de exportação.
Lei No 18653 (1987)	Devolução de 10 a 15% do valor FOB de exportação para produtos não tradicionais.
D. H. 224 (1976)	Autorização para o armazenamento livre de impostos para os insumos importados usados na fabricação de produtos de exportação.
Lei No 18645 (1987)	Fundo de garantias para exportações não tradicionais

*Fonte: Estúdio e Informes de la Cepal (1993), n. 84, p. 285*

## Bibliografia

AGOSTIN, M. & FRENCH-DAVIS, R. (1993) "La Liberalización Comercial en América Latina", *Revista de la Cepal*, n. 50, Santiago.

"Anuario Estadístico de América Latina e el Caribe", Cepal, vários números, Santiago.

"Argentina e Chile: Um Exame da Experiência de Liberalização Comercial" (1990), Confederação Nacional da Indústria, Estudos Econômicos, Rio de Janeiro

BAUMANN, R. & MORAIS, J. M. (1988). "Alguns Aspectos da Política Tarifária dos Últimos Anos". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 15, Rio de Janeiro.

BID (1992). "Progresso Sócio-econômico na América Latina", *Relatório*, Washington.

BRESSER PEREIRA, L. C. (1991). "A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Vol. 21, n 1, Rio de Janeiro.

CINTRA, M.(1993). "*Uma Visão Crítica da Teoria da Repressão Financeira*". Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP, mimeo, Campinas.

DÍAZ, A. (1994) *"Dinamismo del Cambio Tecnológico en la Industria Chilena"*, Cepal, Seminario: Sistemas de Innovación y Competitividad en la América Latina, mimeo, Santiago.

EDWARDS, S. (1988). "La Crisis de la Deuda Externa y las Políticas de Ajuste Estructural en América Latina." *Estudios CIEPLAN*, n. 23, Santiago.

*"Estudio Económico de América Latina e el Caribe"*, Naciones Unidas, varios números, Santiago.

*Estudio e Informes de la Cepal (1993)*, "La Transformación de la Producción en Chile: Cuatro Ensayos de Interpretación", n. 84, Naciones Unidas, Santiago.

FAJNZYLBER, F.(1992). "Industrialização na América Latina: da 'Caixa Negra' à 'Caixa Postal Vazia'". *Revista de Economia Política*, Vol. 12, No 4 (48), São Paulo.

\_\_\_\_\_ (1990). "Sobre a Impostergável Restruturação Industrial da América Latina". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, n. 27, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ (1983). *"La Industrialización Trunca de América Latina"*. México: Nueva Imagen.

FANELLI, J. M.; FRENKEL, R. & ROZENWURCEL, G. (1992). "Crecimiento y Reforma Estructural en América Latina. La Situación Actual". In: VIAL, J. (Comp.) *"Adonde va América Latina? Balance de las Reformas Económicas"*. Santiago: CIEPLAN.

FFRENCH-DAVIS, R.; LEIVA, P. & MADRID, R. (1992) "Liberalización Comercial y Crecimiento: La Experiencia de Chile, 1973-1989". *Pensamiento Iberoamericano*, n. 21, Madrid.

FIORI, J. L. (1993). "Ajuste Transição e Governabilidade: O Enigma Brasileiro". In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. "*(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora*". Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

*Folha de São Paulo*: Vários Números, São Paulo.

FOXLEY, A. (1988). "*Experimentos Neoliberales en América Latina*", México: Fondo de Cultura Económica.

\_\_\_\_\_ (1980). "Hacia una Economía de Libre Mercado: Chile 1974-1979." *Estudios CIEPLAN*, n. 4, Santiago.

FRITSCH, W. & FRANCO, G. (1989). Trade Policy, "*Trade Performance and Structural Change in Four Latin American Countries, 1970-1985.*", PUC, mimeo, Rio de Janeiro.

*Gazeta Mercantil*: Vários Números, São Paulo.

GONTIJO, C. (1995). "Políticas de Estabilização e Abertura Externa: Uma Análise Comparativa das Experiências do Chile, da Argentina, e do México,". *Revista de Economia Política*, Vol. 15, n. 1 (57), São Paulo.

MALAN, P. (1991). "Uma Crítica ao Consenso de Washington". *Revista de Economia Política*, Vol. 11, n 3 (43), São Paulo.

MELLER, P. (1993) "Economía Política de la Apertura Comercial Chilena". *Série Reformas de Política Pública*, Vol. 5, Nações Unidas, Santiago.

\_\_\_\_\_ (1992). "America Latina en un Eventual Mundo de Bloques Económicos". In: BUTELMANN, A. & MELLER, P. (Editores). *"Estrategia Comercial Chilena para la Decada del 90: Elementos pra el Debate"*. Santiago: Ed. CIEPLAN.

\_\_\_\_\_ (1990) "Revision del Proceso de Ajuste Chileno de la Decada del 80" *Estudios CIEPLAN*, n. 30, Santiago.

MIZALA, A. (1992). "Vinculación Industrial Internacional y Desarrollo Exportador: El Caso de Chile". *Revista de la Cepal*, n. 46, Santiago.

*O Estado de São Paulo: Caderno Especial sobre o Chile*, São Paulo, 07-02-94.

SUZIGAN, W. (Coord.) (1989) *"Reestruturação Industrial e Competitividade Internacional"*. São Paulo: Fundação SEADE.

TAVARES, M. C. (1993). "As Políticas de Ajuste no Brasil: Os Limites da Resistência". In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. *"(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora"*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ (1986). "America Latina frente a los Condicionantes Actuales de la Economía Internacional - Una Perspectiva Brasileira". IEI/UFRJ, *Texto para Discussão*, n. 99, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ (1981). *"Problemas de Industrialización Avanzada en Capitalismos Tardíos y Periféricos"*, mimeo.

\_\_\_\_\_ (1971). *“Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro”*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

WILLIAMSON, J. (1992) “Reformas Políticas na América Latina na Década de 80”. *Revista de Economia Política*, Vol. 12, n 1 (45), São Paulo.

VIAL, J.; BUTELMANN, A. & CELEDON, C. “Fundamentos de las Políticas Macroeconomicas del Gobierno Democrático Chileno (1990-1993)”, *Estudios CIEPLAN*, n. 30, Santiago.

ZINI JR., A. A. (1989). “A Política Cambial em Discussão”. *Revista de Economia Política*, Vol. 9, n. 1, São Paulo.